



Laboratório de Planejamento e Projetos

Recomendações para o
**Programa
Vida Nova nas
Grotas**



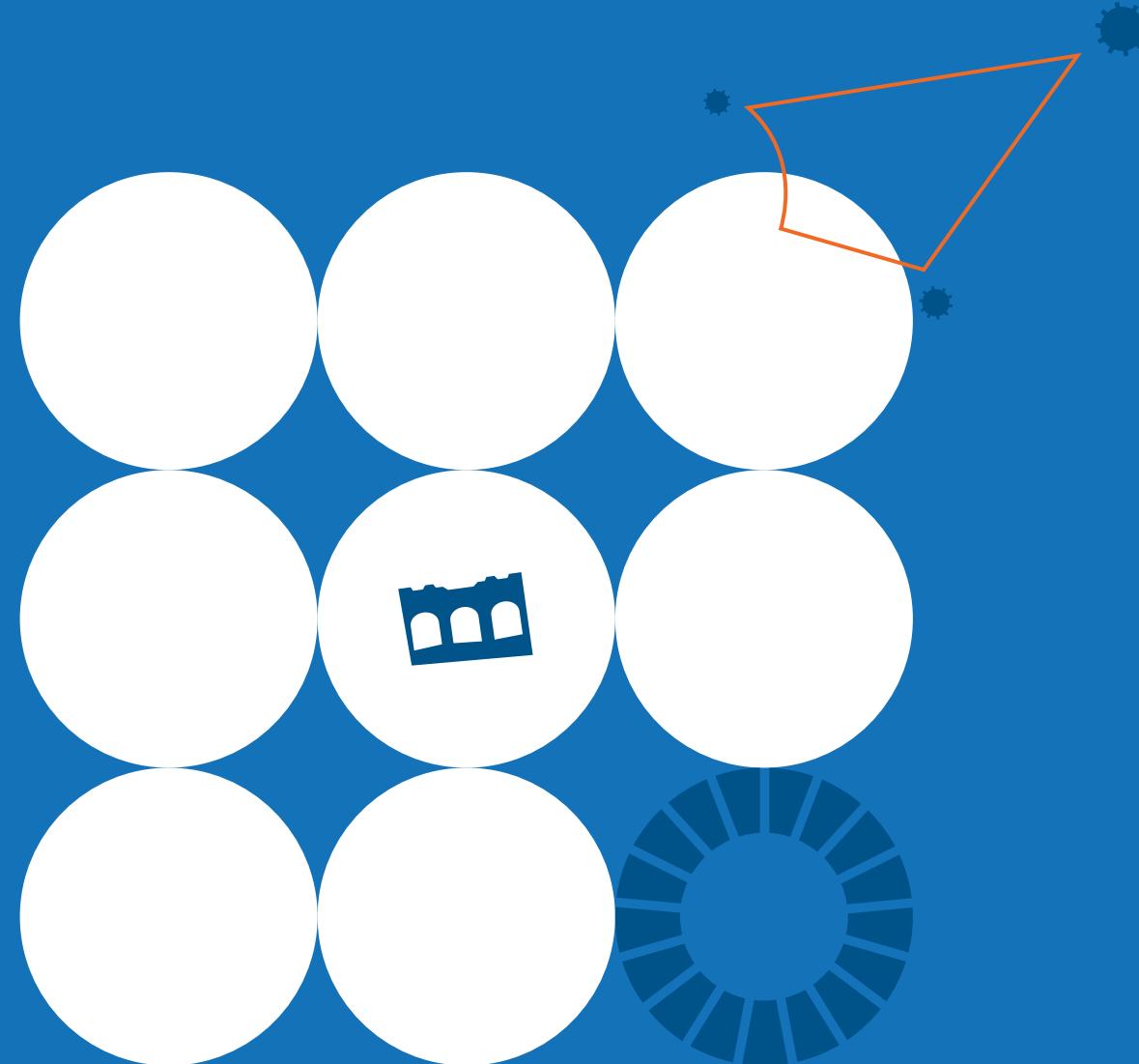
ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

Instituto Pólis

GSI
IMPRENSA
OFICIAL
GRACILIANO RAMOS

ALAGOAS
GOVERNO

Maceió/AL
Março de 2023



Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
Recomendações para o Programa Vida Nova nas Grotas



ONU-Habitat

A Organização das Nações Unidas propõe, desde os anos 2000, agendas globais com objetivos e metas mensuráveis para promover a prosperidade enquanto protegemos o nosso planeta. Desde 2015, esse trabalho tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030, um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover vida digna a todos e todas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Posteriormente, em 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana (NAU), documento que serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades.

A NAU representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e oportunidades. Considerando a relevância do protagonismo dos estados e municípios para o cumprimento de ambas as agendas, o **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)**, agência da ONU que atua há mais de 20 anos em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, trabalha diretamente com esses atores para aproximar-los dessas temáticas.

Foi com esse intuito que, em 2017, firmamos um Acordo de Contribuição com o Governo do Estado de Alagoas, que resultou no Visão Alagoas 2030. Com mais este projeto, esperamos colaborar para o desenvolvimento de uma visão de futuro para Alagoas, que amplie as possibilidades para as suas mais diversas comunidades, sem deixar ninguém e nenhum território para trás.

A seguir, apresentamos recomendações que são um dos resultados desse esforço conjunto e estão alinhadas a este ideal. Agradecemos às pessoas e instituições que estiveram conosco neste trajeto e desejamos uma boa leitura!

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@ONUHABITATBRASIL



ONUHABITATBR



@ONUHABITATBR

Governo de Alagoas

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um compromisso de reverter quadros de desigualdade social. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias como esta que temos com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nossa compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não pôde ser transformada, mas que será e que é para já. A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por produtos deste tipo, que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.

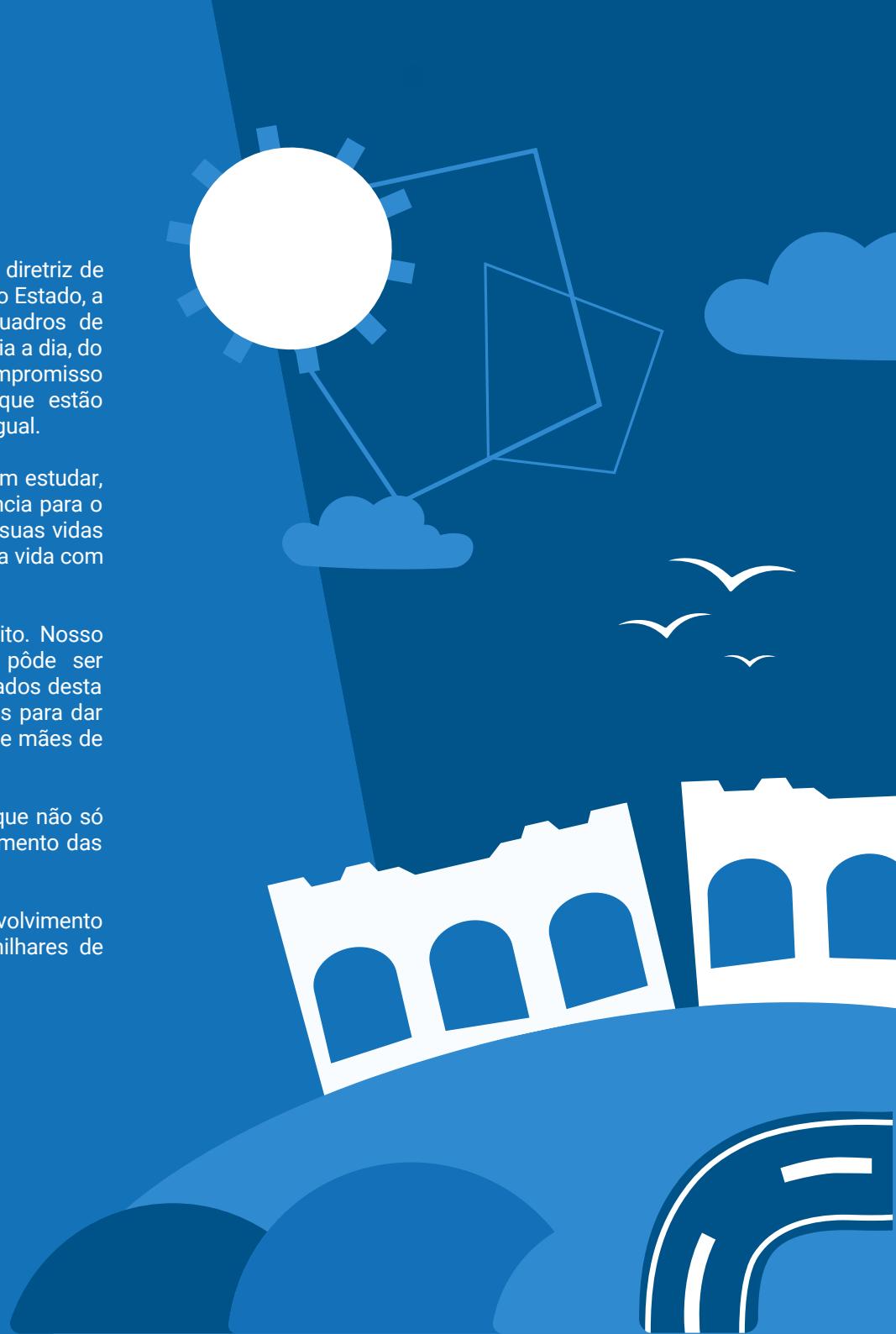
Acompanhe o Governo de Alagoas:



ALAGOAS.AL.GOV.BR



@GOVERNODELAGOAS





Visão Alagoas 2030

Visão Alagoas 2030

O Visão Alagoas 2030 é um projeto de cooperação técnica entre o ONU-Habitat e o Governo de Alagoas. Iniciado em 2017, o seu principal objetivo é fortalecer a prosperidade urbana sustentável e inclusiva de Alagoas, por meio da produção de dados e informações e da elaboração de estratégias de ação para qualificar as políticas públicas, planos e ações estaduais.

O Projeto estrutura-se em três eixos de implementação:

1. Dados e informações

- Construção de indicadores, mapeamentos e diagnósticos

2. Estratégias e soluções

- Elaboração de planos, diretrizes e recomendações

3. Capacidades e oportunidades

- Realização de capacitações, intercâmbios e projeção internacional e nacional



Clique ou escaneie para saber mais!

Este produto pertence
ao **Eixo 2**
Estratégias
e soluções

Ficha técnica

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Paulo Suruagy do Amaral Dantas (2022 - Atual)
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (2015 - 2022)
Governador do Estado

Ronaldo Augusto Lessa Santos (2023 - Atual)
José Wanderley Neto (maio a dezembro - 2022)
José Luciano Barbosa da Silva (2015 - 2020)
Vice-governador

George André Palermo Santoro
Secretário de Estado da Fazenda

Renata dos Santos (2022 - Atual)
Fabrício Marques Santos (2017 - 2022)
Secretária/o de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Mosart da Silva Amaral
Secretário de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano

Alcides Jerônimo Almeida Tenório
Secretário Especial de Obras

Andreia Nunes Estevam
Secretaria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Rui Soares Palmeira (2023 - Atual)
Maria Gevan Gomes Tenório Amorim (2022)
Maurício Quintella Malta Lessa (2019 - 2022)
Secretária/o de Estado da Infraestrutura

Mac Lira Paes (2023 - Atual)
Lorena Coimbra Cerqueira Tenório (2015 - 2022)
Superintendente de Políticas de Habitação

Marina Dantas (2023 - Atual)
Coordenadora-geral do Vida Nova nas Grotas

Marcela Jambo | Álvaro Moraes | Larissa Rocha
Equipe Técnica

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

Alain Grimard
Representante para o Brasil e Cone Sul

Rayne Ferretti Moraes
Oficial Nacional para o Brasil

Ana Elisa Larrarte
Coordenadora de Programas

Bruna Gimba | Julia Caminha | Laura Collazos
Analistas de Programas

Gabriel Vaz de Melo
Analista de Dados

Fábio Donato | Tiago Marques
Assistentes de Programas

Aléxia Saraiva
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfica

Claudia Bastos de Mello
Especialista Financeira

Adriana Carneiro | Vanessa Santos | Carolina Oliveira
Analistas de Operações

Ficha técnica

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Alex Rosa

Coordenador de Programas

Angélica Carnelosso | Fernanda Balbino | Paula Zacarias
Analistas de Programas

Harlan da Silva

Analista de Dados

Bethânia Boaventura | Mariana Nascimento
Assistentes de Programas

Júlio dos Santos

Assistente de Dados

Minne Santos
Assistente de Comunicação

Sávio Silva

Designer Gráfico Júnior

ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Instituto Pólis

Parceiro implementador

Margareth Matiko Uemura

Coordenação

**Anna Luiza Salles Souto | Isabella Alho | Lara Aguiar
Cavalcante | Vitor Coelho Nisida**
Equipe Técnica

**Adriana Afonso Sandre | Catharina Pinheiro Cordeiro dos
Santos Lima | Diglane Galvão Neto | Elisamara de Oliveira
Emiliano | Fernanda Carolina Vieira da Costa | Hulda Erna
Wehmann | Luiz Paulo Bresciani | Paula Martins Vicente
Raul Isidoro Pereira | Regina Dulce Barbosa Lins | Riciane
Maria Reis Pombo | Sandra Faé**
Consultoras/es

Paula Zacarias

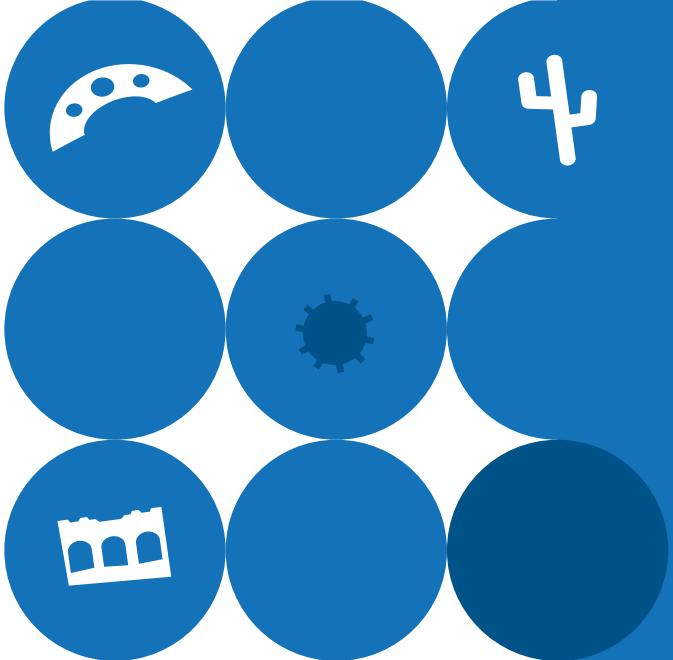
Supervisão e revisão final

Bethânia Boaventura

Apoio à supervisão e à revisão

Minne Santos | Sávio Silva

Comunicação e diagramação



siglas sialas

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
ATUS	Assistência Técnica em Urbanismo Social
Casal	Companhia de Saneamento de Alagoas
CESCR	Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DPE/AL	Defensoria Pública do Estado de Alagoas
ETE	Estações de Tratamento de Esgoto
Famecal	Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas
FEHIS	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
Fecoep	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
GEA	Governo do Estado de Alagoas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPE/AL	Ministério Público do Estado de Alagoas
MRP	Mapa Rápido Participativo

NAU	Nova Agenda Urbana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PEHIS	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PPA	Plano Plurianual
RMM	Região Metropolitana de Maceió
SbN	Soluções baseadas na Natureza
Seinfra	Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEL	Sistemas de Espaços Livres
Setrand	Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano
TJ/AL	Tribunal de Justiça de Alagoas
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
VNG	Vida Nova nas Grotas
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Sumário

- 10** Apresentação
- 11** Laboratório de Planejamento e Projetos
- 13** Programa Vida Nova nas Grotas
- 15** Oficinas de Imersão
- 24** Recomendações
- 78** Considerações finais
- 79** Referências bibliográficas

Apresentação

Este Relatório apresenta as recomendações para o **Programa Vida Nova nas Grotas**, produzidas no âmbito do **Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável**, no período de agosto de 2021 a setembro de 2022.

O documento está estruturado em quatro seções principais:

1
Objetivos e metodologia do Laboratório;

2
Breve contextualização do Programa Vida Nova nas Grotas;

3
Descrição e síntese das discussões realizadas durante as Oficinas de Imersão; e

4
Recomendações de eixos e ações programáticas, integradas e sustentáveis.



Capítulo 1

Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável

O **Laboratório de Planejamento e Projetos** é uma metodologia, inspirada nos *Urban Labs* do ONU-Habitat, que consiste em promover atividades de imersão em políticas públicas, com o objetivo de:

- Mapear processos bem-sucedidos em programas e projetos públicos em andamento;
- Estabelecer diretrizes para replicabilidade de boas práticas em outros programas e projetos em andamento e/ou a serem desenvolvidos; e
- Apresentar estratégias, soluções e abordagens inovadoras para o aperfeiçoamento de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Nova Agenda Urbana.

As atividades de imersão são implementadas com base no *design thinking*, método utilizado para compreensão e discussão de problemas e soluções. A primeira etapa da imersão busca analisar o programa ou projeto de forma ampla e holística, sob diferentes óticas, aspectos e atores envolvidos.

A segunda etapa, facilitada por um grupo de especialistas, debate e propõe colaborativamente as estratégias de ação para complementar e qualificar o programa ou projeto avaliado.

Na terceira etapa ocorre a validação e pontuação das recomendações, dando ênfase a abordagens transversais, alinhamento às agendas globais de desenvolvimento, conexões entre as propostas e ações já existentes, além das parcerias e processos necessários para expansão e consolidação do programa ou projeto como uma política pública sustentável e permanente.

Para conhecer mais sobre a metodologia, acesse:

bit.ly/labmetodologia

No Projeto Visão Alagoas 2030, esta metodologia foi implementada em parceria com o “**Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais**” – Organização da Sociedade Civil que tem como objetivo o fortalecimento da capacidade de ação autônoma da sociedade civil na perspectiva de qualificar a intervenção no debate público e processos políticos e culturais da sociedade, a partir da agenda do Direito à Cidade como ponto central nas proposições de políticas públicas.

Para conhecer mais sobre o Instituto Polis, acesse:

polis.org.br



Grota do Ouro Preto (Maceió) após melhorias do Programa Vida Nova nas Grotas

Capítulo 2

Programa Vida Nova nas Grotas

O **Vida Nova nas Grotas** (VNG) é um programa estadual de urbanização de assentamentos precários, com o objetivo de melhorar as condições de vida nas 100 grotas da capital Maceió e sua Região Metropolitana. Iniciado em 2015, por meio de intervenções multissetoriais, o Programa contempla três principais ações:

- **Acessibilidade e mobilidade**
 - qualificação do espaço urbano e integração espacial das grotas ao restante da cidade.
- **Melhorias habitacionais**
 - redução das inadequações habitacionais nas áreas mais críticas (coberta, cozinha, banheiro, revestimento das paredes e do piso), além da reposição da rede elétrica e instalação de esquadrias e equipamentos de acessibilidade.
- **Integração social**
 - ações e campanhas estaduais para facilitar o acesso a serviços públicos.

Como resultado dessas ações, até 2022, o Programa realizou 207 melhorias habitacionais, construiu 2 parques lineares e atendeu 52 grotas com obras de infraestrutura urbana, sendo que 21 encontram-se em andamento e as demais estão previstas para serem concluídas até o final de 2023.

Somado a isto, ocorreu o plantio de 1.000 árvores, a implementação de 90 mini hortas e a realização de atividades culturais, de esporte e lazer e ações de prevenção a acidentes domésticos, ao trabalho infantil, à violência doméstica e ao uso de drogas.

Para implantação do Programa, foram estabelecidas parcerias estratégicas com:

- **ONU-Habitat**
 - produção dos Mapas Rápidos Participativos (MRP) das grotas de Maceió, do Perfil Socioeconômico dos moradores e das Estratégias Urbanas e Habitacionais.
- **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU/AL)**
 - prestação de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) nas ações de melhorias habitacionais.
- **Movimento de Humanização das Grotas**
 - articulação com as lideranças comunitárias.

O conjunto de ações e parcerias permitiu a produção de dados e informações qualificadas, a ampliação em escala com diferentes instituições e atores, e o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e espaciais das grotas.

Entre os seus impactos, destacam-se a inclusão territorial, a valorização dos vínculos de pertencimento dos residentes e o resgate da autoestima da população.

O Programa encontra-se sistematizado no **Caderno de Programas Estratégicos do Governo de Alagoas**, elaborado no âmbito do Observatório de Políticas Públicas, produto do eixo 1 do Visão de Alagoas 2030.

Para saber mais, acesse visaoalagoas2030.al.gov.br



Crianças brincando no Parque Linear da Grotão do Cigano, construído a partir de uma oficina de desenho de espaços públicos promovida pelo ONU-Habitat em 2018.

Capítulo 3

Oficinas de Imersão

Esta seção apresenta os objetivos, formatos, participantes, etapas e síntese das discussões realizadas durante as **Oficinas de Imersão** no **Programa Vida Nova nas Grotas**, além das **entrevistas preparatórias** realizadas.

3.1. Entrevistas preparatórias

a. Objetivo geral

- A partir da perspectiva de diferentes atores sociais, coletar percepções gerais sobre o Programa para subsidiar e estruturar as discussões nas Oficinas de Imersão.

b. Entrevistados/as

- Presidente da Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas (FAMECAL);
- Representante do Movimento dos Povos das Lagoas (frente formada por entidades integrantes e parceiras, com sede e/ou atividades desenvolvidas na região lagunar);
- Representante do Movimento de Humanização das Grotas;
- Representante do Papo de Periferia (grupo de ativismo negro, cultural e periférico);
- Participante do Visão das Grotas (projeto emergencial de monitoramento da COVID-19 nas grotas de Maceió, implementado pelo ONU-Habitat e Governo de Alagoas em 2020);

- Professoras/es da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Representante do Conselho Tutelar;
- Gestores da Secretaria Municipal e Estadual de Educação;
- Diretor Presidente da BRK Ambiental da Região Metropolitana de Maceió;
- Secretário de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano

c. Roteiro para atores não-governamentais

• Visão geral

- Como você descreveria o Programa para uma pessoa que não conhece nada sobre ele?
- Quais os aspectos positivos e negativos?
- O que faltou fazer e no que ele poderia melhorar?

• Impactos na vida da comunidade

- Quais mudanças o Programa trouxe na vida das comunidades atendidas?
- Quais delas você considera a mais importante?

• Sugestões

- Quais sugestões você daria para aperfeiçoá-lo?
- Se você tivesse que enviar um recado relacionado ao Programa, para quem você mandaria e o que você diria?



d. Roteiro para atores governamentais

- O Programa já foi implantado em quase 50% das áreas, o que seria alterado considerando uma nova fase de intervenção?
- Quais agentes externos poderiam participar do Programa?
- A concessão da BRK Ambiental atenderá todas as grotas e como será implementado o saneamento?
- Como o Programa está sendo implantado fora da capital? Qual é o critério de seleção dos municípios? Como as prefeituras participam do processo?

e. Síntese das entrevistas

As percepções coletadas durante as entrevistas permitiram uma primeira aproximação da equipe técnica do Instituto Polis com o ambiente acadêmico, social e institucional de Alagoas. Além disto, a leitura e compreensão de documentos de referência sobre o Programa ganhou uma camada complementar de análise, que serviu para coletar sugestões para o seu avanço e aprimoramento;

A ausência de informações sistematizadas e amplamente divulgadas foi mencionada pelos atores não-governamentais como um entrave que dificulta avaliações mais apuradas do Programa. No entanto, todos afirmaram que as intervenções realizadas trouxeram benefícios importantes para a população.

Também foi consenso de que há muito a avançar, principalmente em alguns temas, como saneamento, contenção de encostas, regularização fundiária, espaços de diálogo e participação social, articulação intra e intergovernamental, promoção de atividades culturais, de esporte e lazer, e iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda, em especial para as juventudes.

O Secretário da Setrand pontuou os desafios enfrentados para iniciar o Programa, entre eles, a desconfiança da população que até então não havia sido atendida pelo poder público, mesmo após inúmeras reivindicações. Ainda mencionou que um processo de urbanização mais abrangente deve ser implementado em parceria com diversos atores, pois o que já foi realizado serve como uma "porta de entrada" para ações integradas e de consolidação do Programa.

A concessão do esgotamento sanitário para a empresa BRK Ambiental foi colocada como um "ponto de virada" para a universalização do atendimento dos serviços de água e esgoto nas grotas. No entanto, será necessário um cadastramento físico e social atualizado, e a implantação de intervenções robustas e inovadoras em termos projetuais e financeiros, além de forte governança entre as instituições envolvidas.

De modo geral, as demais percepções levantadas coincidem com os principais pontos discutidos durante as Oficinas de Imersão e serão apresentadas nas seções a seguir.

O Projeto é um dos mais importantes na nossa cidade, ganhou prêmios mundiais, é reconhecido pela ONU e a gente espera que avance mais. Grota não é somente mobilidade, que isso seja apenas um pontapé inicial, tem que descer as outras políticas para a comunidade ter acesso a todo o conjunto

(Entrevistado 1).

Eu diria para que continuassem fazendo, mas que divulgassem. Uma divulgação maior para que a gente tivesse acesso também, para que a gente possa ser sujeito de integração nesse Programa

(Entrevistado 2).



3.2. 1ª Oficina de Imersão

a. Objetivo

- Avaliar os resultados e impactos das ações do Programa (tanto aquelas previstas e realizadas, quanto as não executadas) e identificar as principais demandas para a sua expansão e aperfeiçoamento.

b. Formato

- Atividade remota, realizada via plataforma de comunicação virtual, em outubro de 2021, com a mediação do Instituto Pólis e apoio da equipe técnica do Visão Alagoas 2030.

c. Participantes

- 12 participantes da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand) e Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra).

Neste primeiro momento, optou-se por envolver apenas as duas Secretarias para uma integração interna das equipes técnicas, visto que as entrevistas preparatórias foram realizadas com gestores públicos e atores externos ao Programa.

d. Etapas

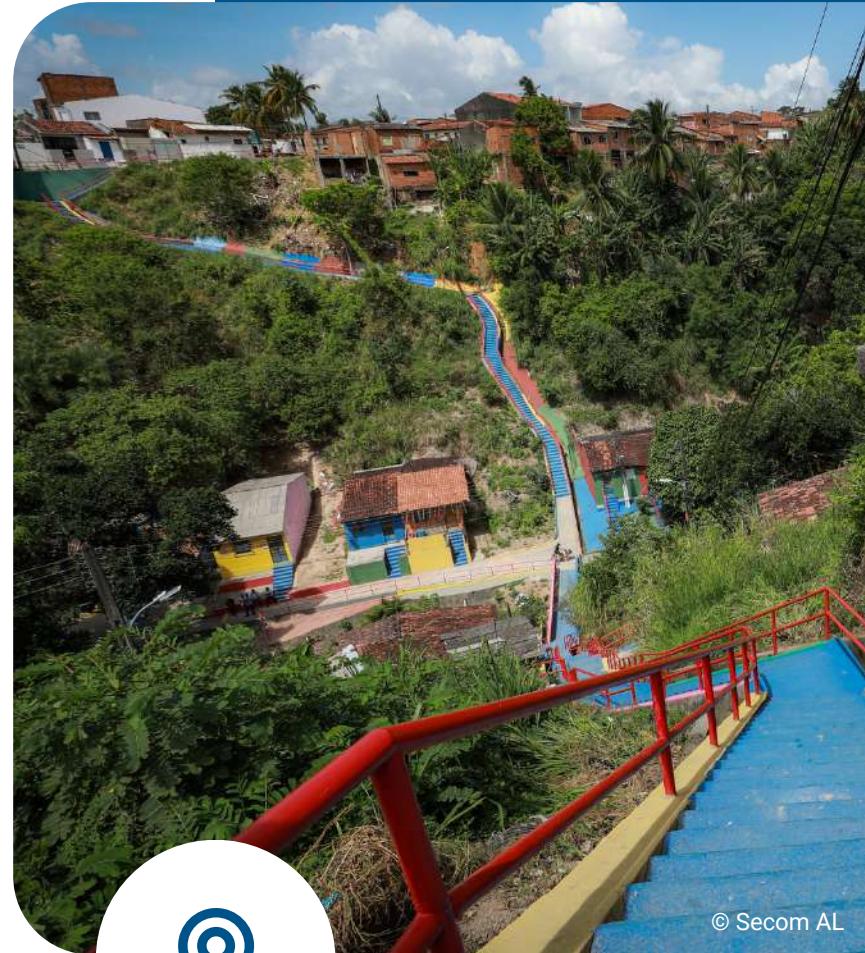
1. Discussão em grupo, mesclando representantes das duas Secretarias; e
2. Plenária para validação e pactuação.

Cada grupo foi acompanhado por três consultores do Instituto Pólis responsáveis por funções distintas: (1) conduzir e mediar o debate; (2) sistematizar a discussão em tempo real em tela projetada para acompanhamento simultâneo; e (3) relatar e apoiar a dinâmica da Oficina.

Bloco 1

Cada grupo debateu sobre as seguintes perguntas orientadoras:

- Quais ações previstas foram realizadas e quais não foram? O que faltou para serem realizadas?
- O que é necessário melhorar? Quem participa ou deveria participar? Como é o trabalho de engajar a população?
- O que é importante ser feito e ainda não foi planejado? Por que é importante?
- Há propostas e sugestões, a longo prazo, para gerar emprego e renda para a população local?



© Secom AL





Bloco 2

Neste bloco, os participantes reuniram-se novamente na sala virtual única para o debate ampliado, que contou com o relato das respostas de cada grupo somado aos pontos em comum que surgiram durante a troca de contribuições. Após a Oficina, as principais temáticas foram elencadas e agrupadas em três temas-chave (desenvolvimento local, habitat e infraestruturas verdes) que serviram para estruturar a 2ª Oficina de Imersão.

e. Síntese das discussões

- A construção de equipamentos urbanos e de lazer foi destacada como essencial para proporcionar espaços de convívio com qualidade e diversificar o uso de espaços livres dentro das grotas;
- A ausência de saneamento ambiental foi amplamente questionada, somada às dificuldades de implantação de serviços básicos, manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais. O endereçamento postal, a contenção de riscos e a ampliação da capacidade de executar as melhorias habitacionais também foram citadas na sequência das demandas;
- A continuidade das ações e a ampliação das linhas programáticas de maneira consistente e independente da gestão governamental foram as principais respostas dadas para o que é necessário melhorar;
 - As principais frentes do Programa (mobilidade e melhorias habitacionais) são consideradas relevantes e com resultados significativos nas condições de vida da população. No entanto, outras ações também foram citadas como essenciais para que se tenha um impacto direto na redução das desigualdades, por exemplo, promoção da inclusão socioeconômica, geração de emprego e renda, capacitação técnica e parcerias com academia e atores não-governamentais.
- O engajamento da população e a implementação de um trabalho social transversal às atuais frentes do Programa foram colocados como os pontos cruciais para garantir a mobilização e participação democrática; e
- O envolvimento do poder público municipal e de outras secretarias estaduais foram considerados os principais desafios para a articulação institucional necessária para ampliar e aprimorar o Programa, em especial para alguns temas, como regularização fundiária, melhoria de serviços públicos, monitoramento e contenção do risco geológico, desenvolvimento econômico e inclusão digital.

3.3. 2ª Oficina de Imersão

a. Objetivo

- A partir dos temas gerais identificados na 1ª Oficina, complementar e aprofundar propostas intersetoriais visando à qualificação e consolidação do Programa.

b. Formato

- Atividade remota, realizada via plataforma de comunicação e facilitação virtual, em outubro de 2021, com a mediação do Instituto Pólis e apoio da equipe técnica do Visão Alagoas 2030.

c. Participantes

- 17 participantes, sendo 12 da Setrand e Seinfra, e 6 atores externos selecionados das entrevistas preparatórias.

d. Etapas

- Apresentação geral e metodologia a ser adotada;
- 1ª rodada de discussão, mesclando diferentes frentes de atuação do Programa;
- 2ª rodada e primeiro revezamento dos participantes;
- 3ª rodada e segundo revezamento dos participantes; e
- Plenária para validação e pactuação.

Bloco 1

No primeiro bloco, foi apresentado o método “carrossel” – dinâmica de debate com troca dos participantes entre as salas, e consequentemente dos temas abordados durante cada rodada de discussão. Desta maneira, as contribuições são construídas conjuntamente e permitem melhorias e alterações gradativas.

Em seguida, os participantes foram distribuídos em três salas virtuais para abordar os temas-chaves da 1ª Oficina e seus desdobramentos:

- **Desenvolvimento local:** economia, juventudes, cultura, participação e engajamento social;



• **Habitat:** melhorias habitacionais, regularização fundiária, endereçamento, mobilidade, acessibilidade e serviços públicos, equipamentos urbanos, assessorias técnicas e marcos regulatórios; e

• **Infraestruturas verdes:** saneamento, drenagem, contenção de risco, espaços livres e Soluções baseadas na Natureza (SbN).

Bloco 2

Com duração de 45 minutos, os três grupos analisaram a sistematização das questões levantadas na 1ª Oficina, em conjunto com as propostas apresentadas pelo Instituto Pólis e as recomendações técnicas elaboradas pelo ONU-Habitat durante a 1ª fase do Projeto Visão Alagoas 2030[1].

Além disto, discutiram se as propostas eram aplicáveis, quais eram os entraves existentes e o que seria necessário para implementar determinadas soluções.

Bloco 3

Na segunda rodada, com 30 minutos de duração, os grupos se alternaram e trocaram de sala virtual. O novo grupo de participantes debate as questões e soluções apresentadas, em conjunto com as contribuições do grupo anterior.

Bloco 4

Na terceira e última rodada, com apenas 15 minutos, os grupos trocaram de sala novamente, completando o ciclo e passando pelas três salas temáticas, o que permitiu a validação e o refinamento das propostas discutidas nos grupos anteriores.

Bloco 5

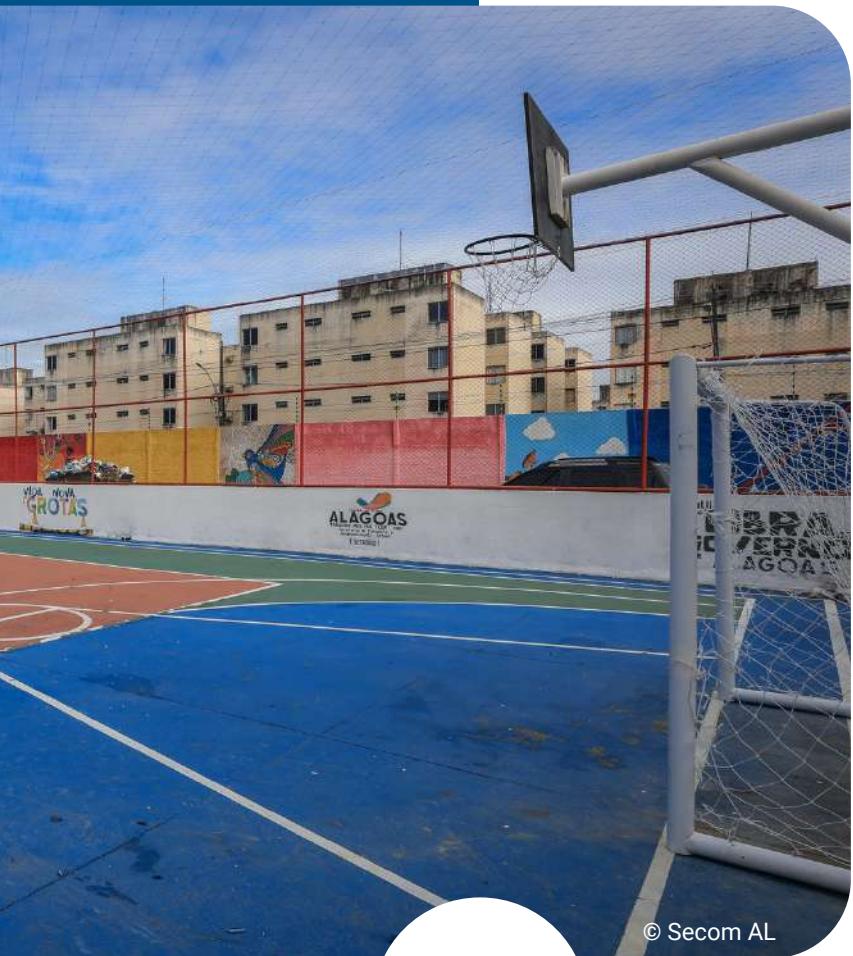
No último bloco, os participantes reuniram-se novamente na sala virtual única para o debate ampliado e a equipe do Instituto Pólis apresentou todas as contribuições colocadas em cada rodada.

[1] Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/grotas-estrategias-urbanas-e-habitacionais>. Acesso em: 01 nov. 2022.

e. Síntese das discussões

- A articulação institucional mais uma vez foi pontuada como um forte entrave ao Programa;
 - Como proposta a esse desafio foi sugerida a criação de grupos de trabalho com o poder público municipal, secretarias estaduais, academia e Organizações da Sociedade Civil para expandir as frentes de atuação e ampliar as equipes técnicas responsáveis pela consolidação do Programa;
- Na sala temática de **desenvolvimento social**, foi abordado que a forma de operacionalizar as ações do Programa está apoiada em um modelo de gestão que dialoga, sobretudo, com as lideranças comunitárias. Contudo, a escuta, a leitura do cenário local e a aproximação junto à comunidade de cada grotas são condicionantes para a criação de estratégias que promovam o pleno desenvolvimento das potencialidades dos demais sujeitos sociais;
 - O engajamento da população e a comunicação social foram colocados como essenciais para estruturar processos mais participativos e ações públicas vinculadas de forma ininterrupta e direcionada aos diferentes públicos, gerações e linguagens. Além disto, a atuação das lideranças e associações comunitárias deverá ser suprapartidária e facilitadas em arenas de diálogo ou fóruns permanentes de discussão com diversos segmentos sociais.
- Em relação à juventude, foi abordado que a sensação de pertencimento aos territórios pode ser construída por meio de ações de cultura, esporte, lazer e geração de renda. Tais atividades podem ser protagonizadas por associações, cooperativas ou grupos juvenis, que promovam a autonomia como base de formação e uma trilha de aprendizagem para o empoderamento dos sujeitos sociais e coletivos;
 - Algumas ações foram sugeridas como capazes de contribuir indiretamente para redução da criminalidade dentro das grotas, por exemplo, inserção das juventudes em programas de “Jovem Aprendiz”, fornecimento e facilitação de microcrédito, e a capacitação dos talentos locais; e
 - A inclusão digital também foi pontuada como uma medida estruturante, sendo necessária a instalação de Wi-Fi gratuito, a distribuição de aparelhos eletrônicos e a conexão com equipamentos de educação, cultura e lazer nos territórios.





- O debate sobre trabalho e renda foi marcado pela discussão em torno das mudanças no mercado do trabalho (avanços tecnológicos, precarização dos vínculos, digitalização dos serviços, entre outros) e pela geração de renda a partir do reconhecimento das potencialidades, saberes e necessidades locais;
- Na sala temática de **infraestruturas verdes**, o saneamento foi a principal questão levantada, pois, segundo os participantes, tratar esse tema apenas no interior das grotas não garantirá a resolução do problema como um todo, tendo em vista que o maior entrave é a destinação do esgoto bruto dentro e fora dos assentamentos;
 - Como proposta foi enfatizada a gestão integrada do saneamento, utilizando as bacias hidrográficas como unidade principal de planejamento para garantir o acesso universal aos recursos e serviços necessários ao habitat, às atividades econômicas e ao bem-estar da população. Além disto, foi pontuada a necessidade de combinar soluções convencionais e alternativas, já que o saneamento é uma questão de alta complexidade e os métodos convencionais devem ser utilizados quando, de fato, forem a única opção implementável. Os entraves das soluções convencionais são que, na maioria das vezes, as condições necessárias não estão garantidas ou são inexistentes por conta da topografia das grotas; e
 - A coleta do lixo também foi pontuada como essencial para melhorar o saneamento ambiental. Experiências no âmbito de programas municipais, como o Gari Comunitário e Varre Grotas, podem ser ampliadas e consolidadas, resultando na criação de cooperativas locais de reciclagem que prestem serviço dentro e fora das grotas.
- O fortalecimento da agricultura periurbana e dentro dos próprios lotes, com a criação de pomares e hortas comunitárias, foi colocado como uma ação complementar às melhorias habitacionais. Essa ação poderia ainda contribuir para a geração de renda e a segurança alimentar, a partir da troca de resíduos sólidos descartados adequadamente durante a coleta seletiva por alimentos aptos para o consumo oriundos dos pomares e hortas;

- Na sala temática do **habitat**, a importância dos equipamentos urbanos foi destacada em todas as rodadas. Praças, minipraças e quadras poliesportivas são essenciais para proporcionar locais de encontro e ações culturais, de esporte e lazer para diversas faixas etárias. Os espaços livres nas grotas articulados com os que já existem em outras áreas da cidade poderiam compor um Sistema de Espaços Livres inclusivos, conectados e distribuídos por toda malha urbana;
- Para potencializar as melhorias habitacionais realizadas pela Seinfra, foi proposta também a articulação com as ações de saneamento, de modo que a melhoria das condições de vida da população seja mais integrada e efetiva e as demandas sejam atendidas de forma intersetorial, priorizando famílias em situação de risco e o atendimento baseado em critérios ambientais;
- A regularização fundiária também foi bastante debatida e a principal proposta foi criação de um programa voltado exclusivamente para esta temática, tendo como ponto de partida os levantamentos preliminares já realizados pela Seinfra e a estruturação de uma base de dados para subsidiar o planejamento e os instrumentos urbanísticos necessários;
 - Neste momento também foi ressaltada a importância do endereçamento postal – atribuição oficial do nome, numeração e Código de Endereçamento Postal (CEP) – como um item básico de cidadania, reconhecimento do território e acesso a serviços públicos e privados.
- Por fim, a mobilização e o engajamento da população continuou sendo um dos principais pontos levantados pelos participantes. Para atender a este desafio, algumas sugestões foram discutidas:
 - Instalação de um equipamento urbano (chamado inicialmente de “Estação das Grotas”) que servisse como uma estrutura física e institucional para interlocução do poder público com os atores locais, e capaz de sediar ações em diferentes escalas e objetivos. Inserido neste equipamento, duas propostas foram dadas:
 - Criação de um comitê ou conselho local, formado por representantes de cada grotas, para que o planejamento, execução e manutenção sejam acompanhados pelos beneficiários diretos. Para tanto, será necessário capacitá-los tecnicamente, de modo a criar um ambiente social de sustentação e consolidação das ações; e



- Instalação de escritórios locais ou “postos avançados de assistência técnica urbana e habitacional”^[2] para a prestação de serviços públicos, assessoria técnica, ouvidoria, orientação normativa, acompanhamento social, articulação institucional, entre outras atribuições possíveis. Para o seu pleno funcionamento, foi sugerido que estes locais não sejam de uso exclusivo do governo estadual, mas também envolva o poder público municipal, academia, associações de moradores, entidades de classe, movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil;
- Estruturação de um núcleo ou instituto de planejamento estadual e metropolitano para apoiar tanto os municípios que não possuem capacidade técnica na área de desenvolvimento urbano sustentável, quanto ações específicas nos assentamentos precários existentes no estado, principalmente aquelas que exigem a articulação de diversos setores intergovernamentais.

[2] Algumas experiências de urbanização de assentamentos precários mostram que a ação permanente e contínua promove transformações mais duradouras se comparadas com intervenções pontuais no espaço e no tempo. Os Pousos (Postos de Orientação Urbanística e Social) do programa Favela-Bairro, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foram citados como exemplos por permitirem a continuidade da presença do poder público após as obras de urbanização, prestando serviços e orientando à população local quanto às possibilidades de ocupação e construção.

Para conhecer mais, acesse:

(1) <https://riomemorias.com.br/memoria/projeto-favela-bairro/> e (2) <https://rioonwatch.org.br/?p=11409>.



Oficina online realizada com diversos atores para imersão no Programa Vida Nova nas Grotas

Capítulo 4

Recomendações para o Programa Vida Nova nas Grotas

As recomendações propostas buscam ampliar o portfólio de ações, envolver diferentes atores para implementação de iniciativas transversais, potencializar os impactos a médio e longo prazo, e contribuir para a sustentabilidade de um programa integrado de urbanização de assentamentos precários.

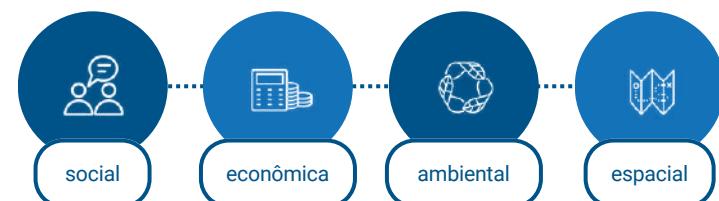
Quatro eixos programáticos foram propostos:

- **Direito à cidade e desenvolvimento do habitat**
- **Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes**
- **Emprego, trabalho e renda**
- **Juventudes**

Para cada eixo, estão listados os objetivos, ações programáticas e conexões com os ODS e as dimensões e compromissos da NAU.

Nos quadros das **ações programáticas** constam os objetivos específicos, atores a serem envolvidos e parcerias sugeridas, conexão com outros eixos e ações programáticas, e recomendações gerais.

Dimensões da Nova Agenda Urbana



A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.

O **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis** contém sete metas, sendo três relacionadas aos meios de implementação, e busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

O ONU-Habitat é o responsável pela implementação do ODS 11 e por monitorar metas urbanas presentes em outros ODS. A **localização dos ODS** é o processo de levar em consideração os contextos locais, tanto para alcançar os objetivos e metas globais, como para estabelecer políticas públicas e seus indicadores de monitoramento e avaliação.

A **Nova Agenda Urbana (NAU)**, adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) em 2016, é um documento orientado para a ação que busca definir padrões globais para o desenvolvimento urbano sustentável, funcionando como uma aceleradora da implementação da Agenda 2030 e dos meios pelos quais os ODS podem ser alcançados.

Para conhecer mais sobre as agendas globais, acesse:

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Nova Agenda Urbana: bit.ly/nauptr

Nova Agenda Urbana Ilustrada: bit.ly/nauilustrada



Eixo Programático 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

As intervenções para melhoria da acessibilidade, mobilidade e das inadequações habitacionais estão no centro do Programa Vida Nova nas Grotas. No entanto, novas ações podem ser inseridas ou agrupadas ao que já vem sendo implementado para garantir o direito à cidade, qualificar o ambiente construído, promover a cidadania e ampliar o acesso a equipamentos e serviços públicos.

Objetivo

- Propor diagnósticos, procedimentos administrativos e jurídicos, e intervenções físicas complementares, visando ampliar o portfólio de ações do Programa e criar uma estrutura urbana de base para a articulação com os demais eixos programáticos.

Ações programáticas

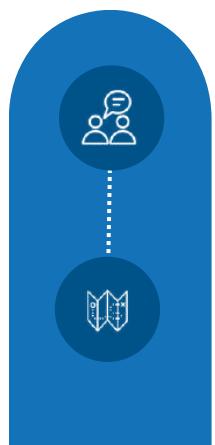
1. Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
2. Regularização fundiária
3. Endereçamento de logradouros públicos
4. Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
5. Melhorias habitacionais
6. Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
7. Equipamentos urbanos

Conexão com os ODS



Conexão com a NAU

Dimensões



Compromissos transformadores

- Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza
 - 35 (fortalecimento da segurança da posse)
- Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano
 - 109 (aumento da alocação de recursos financeiros e humanos para a urbanização, com estratégias que vão além de melhorias físicas e ambientais)

O **direito à cidade** é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Disponível em:
[https://polis.org.br/direito-a-cidade/](https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/). Acesso em 01 nov. 2022.

1. Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social (Nova Agenda Urbana, 2016).

1.1 Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais

Objetivo

- Preparar diagnósticos e propostas para atender as demandas urbanas e habitacionais das grotas, visando à elaboração e/ou atualização dos demais instrumentos de planejamento e o estabelecimento de um arcabouço técnico e institucional sobre os assentamentos precários de Maceió.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Atualizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), que foi elaborado para o 2010-2020, com a finalidade de orientar a política habitacional do estado, considerando:
 - Diagnóstico de dados qualitativos e quantitativos sobre o déficit habitacional e inadequação habitacional das grotas;
 - Identificação de áreas com restrições à urbanização e riscos geológicos e ambientais;
 - Levantamento e/ou atualização de dados e informações qualificadas sobre os demais assentamentos precários de Maceió, a partir de metodologias implementadas pelo ONU-Habitat, como o MRP e Perfil Socioeconômico;
 - Incorporação das propostas de estratégias habitacionais para as grotas, elaboradas pelo ONU-Habitat[3], em especial as que estão recomendadas no nível “institucional” e “planejamento e projeto”, como:
 - Estabelecer Coordenação Intersecretarial para organizar, estruturar e articular as ações de forma integrada e sustentável;
 - Estabelecer Grupo de Trabalho formado pelas equipes técnicas da Setrand e Seinfra para alinhar as ações urbanas e habitacionais; e
- Estabelecer Grupo de Trabalho com a Prefeitura de Maceió com a finalidade de articular ações conjuntas e/ou complementares.
- Incorporação das Diretrizes para a Política Habitacional de Alagoas, elaboradas pelo ONU-Habitat[4], em especial, as que estão indicadas nos eixos de “desenvolvimento institucional” e “urbano, fundiário e ambiental”;
- Apoiar a Prefeitura de Maceió na atualização do Plano Diretor de Maceió, com ênfase no que já estiver diagnosticado e proposto para as grotas; e
- Definição de estratégias de requalificação urbana e habitacional que garantam o direito à cidade e o desenvolvimento do habitat, e fortaleçam os avanços já alcançados pelo Programa Vida Nova nas Grotas.
- Fortalecer o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) prevendo dotação orçamentária e aportes constantes e valorizando-o como instrumento fundamental da política habitacional em Alagoas em contrapartida à dependência dos recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep):
 - Alocar recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o FEHIS, com a finalidade de fortalecer a estrutura de financiamento destinada exclusivamente para o setor habitacional do estado; e
 - Instituir o Conselho Gestor do FEHIS e estabelecer diretrizes, metas e ações para o período do seu mandato.
- Incorporar o diagnóstico e o planejamento urbano e habitacional elaborado para as grotas como documentos de referências nos demais instrumentos de planejamento estadual e metropolitano, como o Plano Plurianual (PPA) ou Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maceió (RMM); e
- Apoiar iniciativas populares de organização social em torno de demandas urbanas e habitacionais lideradas por associações e/ou organizações comunitárias, movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil.

[3] Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/grotas-estrategias-urbanas-e-habitacionais>. Acesso em: 01 nov. 2022.

[4] Disponível em:
<http://visaoalagoas2030.al.gov.br/projetos/estrategias-e-solucoes/guia-para-uma-politica-habitacional-de-alagoas>. Acesso em: 01 nov. 2022.



1.2 Regularização fundiária

Objetivo

- Estruturar programa de regularização fundiária para as grotas, visando à promoção do direito à cidade e à moradia adequada, sobretudo a segurança da posse, à implementação, qualificação, consolidação e regularização de serviços urbanos básicos, e à integração destes assentamentos ao restante da cidade.

Atores e parcerias

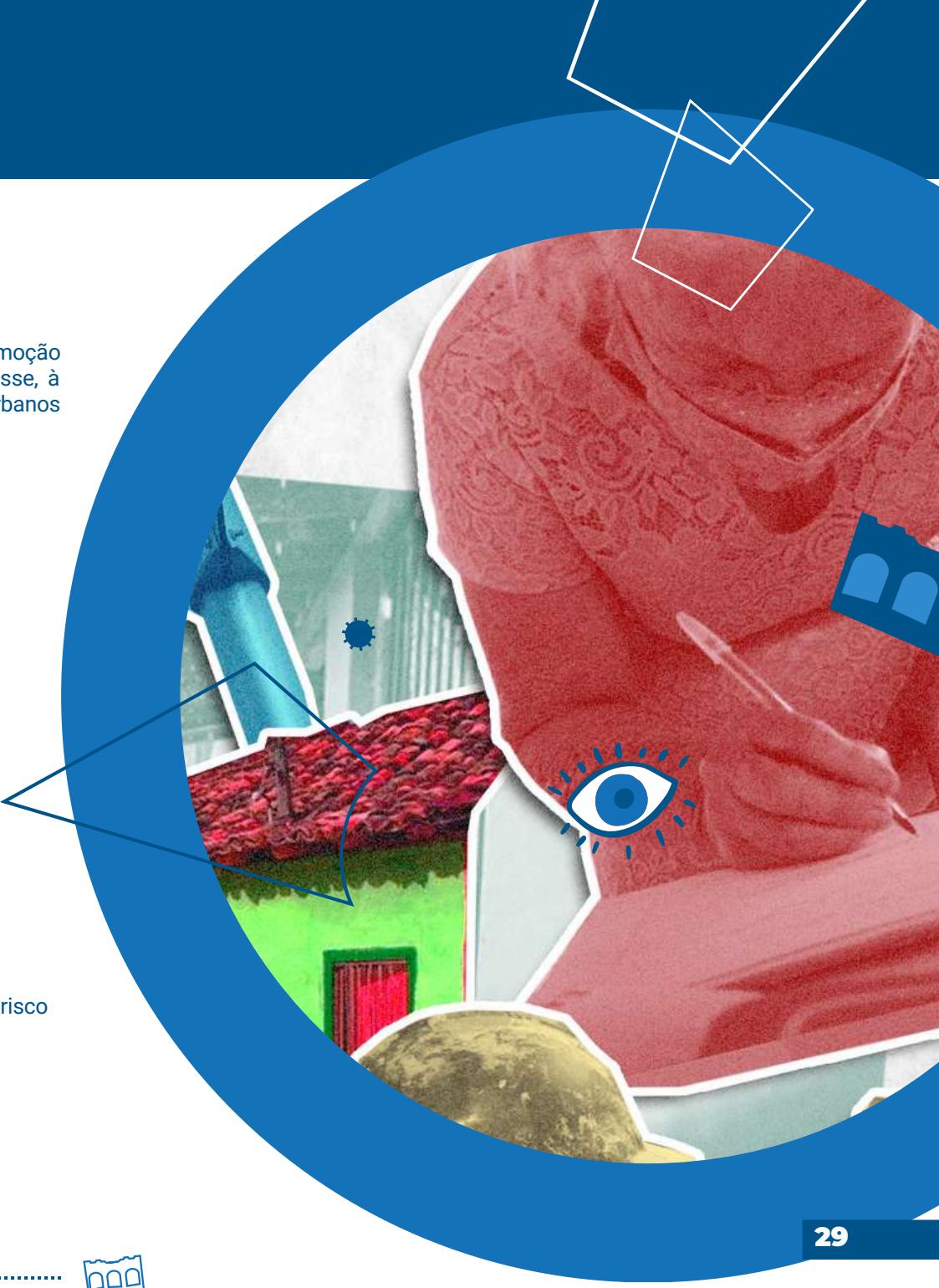
- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Poder Legislativo
- Poder Judiciário
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Academia
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana



Recomendações



- Estruturar cadastro georreferenciado das edificações de todas as grotas ocupadas de Maceió, incluindo:
 - Criar um banco de registros imobiliários a partir da identificação do tipo de propriedade (pública ou privada);
 - Atualizar o registro das intervenções já realizadas pelo Governo de Alagoas (o chamado *as built* – projeto com todas alterações e modificações promovidas durante a construção ou reforma de um imóvel) para subsidiar o cadastro físico das edificações;
 - Adotar os dados socioeconômicos do cadastro realizada pelas melhorias habitacionais da Seinfra como base para o cadastramento;
 - Contratar serviço técnico especializado para levantamento planialtimétrico, preferencialmente via drones, para construir a base do cadastramento; e
 - Estabelecer parcerias com entidades de classe ou Organizações da Sociedade Civil para realizar o cadastro dos imóveis.
- Apoiar a Prefeitura de Maceió na demarcação e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com o objetivo de estabelecer parâmetros de urbanização, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
 - Compatibilizar os perímetros de ZEIS com as poligonais das áreas e microáreas das grotas, identificadas pelo Mapa Rápido Participativo (MRP), elaborado pelo ONU-Habitat, com os setores censitários do Censo Demográfico do IBGE; e
 - Compatibilizar a nomenclatura das áreas entre os órgãos municipais, estaduais e federais, adotando preferencialmente a identificação dada pela população.
- Estabelecer critérios de prioridade para seleção das grotas a serem regularizadas, considerando os diferentes níveis de risco, vulnerabilidade social econômica, de gênero e raça;
 - Priorizar a titulação e/ou certificação da moradia no nome da mulher (responsável) pelo domicílio; e
 - Aprimorar instrumentos de garantia da segurança da posse às famílias contempladas por intervenções físicas e/ou pelo programa de regularização fundiária, especialmente, aquelas que sejam locatárias de suas moradias.
- Estabelecer e consolidar articulação institucional entre as pastas de habitação e política urbana da Prefeitura de Maceió e Governo de Alagoas, de modo que o programa de regularização fundiária esteja articulado à política urbana local e incorporado ao organograma dos dois entes federativos;
- Apoiar a elaboração e proposta de mudanças legislativas, sobretudo em nível municipal, que estabeleçam os marcos regulatórios necessários à implementação do programa de regularização fundiária, em concordância com o Plano Diretor de Maceió e demais instrumentos de planejamento; e
- Envolver Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL) com objetivo de realizar ações conjuntas no âmbito do programa.



1.3 Enderaçamento de logradouros públicos

Objetivo

- Estruturar os procedimentos técnicos e administrativos necessários para registrar formalmente os logradouros públicos das grotas, visando ao direito ao endereço, como componente complementar à promoção do direito à moradia adequada, e o registro oficial das vias, escadarias, becos, vielas e pontes em base pública oficial.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana



Recomendações

- Avaliar e propor mudanças legislativas, sobretudo em nível municipal, que estabeleçam os marcos regulatórios necessários ao cadastro oficial dos logradouros das grotas; e
- Estabelecer parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o IBGE para avaliar, propor e apoiar a implementação de medidas alternativas de endereçamento das vias, como aquelas que a própria população participa ativamente do serviço, por exemplo, uma espécie de "Correio Popular" ou "Correio Cidadão".

Observação

- O endereçamento de logradouros em assentamentos precários não precisa estar necessariamente vinculado à finalização do processo de regularização fundiária. Alguns municípios brasileiros, por exemplo, têm conseguido registrar os logradouros destes assentamentos por meio de legislações específicas somadas a atos administrativos, como decretos municipais que oficializam vias para a prestação de serviços básicos, como os dos Correios.
- No entanto, além das recomendações previstas na ação programática 1.2 (Estruturar cadastro georreferenciado das edificações de todas as grotas ocupadas de Maceió), alguns procedimentos complementares podem ser adotados tanto para o processo de endereçamento quanto para um programa de regularização fundiária mais robusto.



1.4 Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco

Objetivo

- Estruturar programa de provisão habitacional para reassentar famílias residentes em áreas de risco das grotas, visando à promoção do direito à moradia adequada, sobretudo a habitabilidade, e à eliminação das situações graves de ameaça à segurança e à vida da população.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Poder Legislativo
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Elaborar diagnóstico, complementar à ação programática 1.1 (Identificação de áreas com restrições à urbanização e riscos geológicos e ambientais) e a outros levantamentos sobre riscos já produzidos para Maceió e Alagoas, das seguintes informações:
 - Identificar famílias em situação de risco mais grave e que demandam suporte emergencial; e
 - Distinguir situações de risco mais graves daquelas que podem ser controladas e mitigadas com outro tipo de intervenção, favorecendo a permanência em condições seguras e qualificadas.
- Elaborar projetos adequados à situação, composição e necessidades de cada família reassentada, incluindo:
 - Planejamento do processo de remoção, por risco ou necessidade de obra, de modo a minimizar os impactos dos deslocamentos, preferencialmente reduzindo o tempo de espera pela unidade habitacional;
 - Garantia de promoção do reassentamento em áreas próximas ou dentro das grotas; e
 - Reconhecimento dos diversos vínculos com a moradia (posse do imóvel), inclusive o aluguel, de modo que nenhuma família deixe de ser atendida.
- Prever recursos específicos para conceder auxílio temporário a famílias que precisam ser removidas, como um aluguel social, para que possam arcar com moradia provisória no intervalo entre a remoção e a entrega da nova unidade habitacional; e
- Adotar como parâmetro institucional e jurídico durante todo o processo de reassentamento as recomendações de normativos internacionais de proteção ao direito à moradia, como o “Comentário Geral nº 7: O direito à moradia adequada (Art.11.1): despejos forçados”, elaborado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).



1.5 Melhorias habitacionais

Objetivo

- Potencializar as ações de melhorias habitacionais já realizadas pelo Governo de Alagoas e o programa de regularização fundiária proposto, visando à promoção do direito à moradia adequada, à permanência das famílias com qualidade e salubridade, e à eliminação das situações graves de ameaça à segurança e à vida da população.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Promover soluções de melhorias habitacionais mais robustas e em maior escala, incluindo:
 - Ampliar orçamento dedicado a essas soluções, sobretudo os que podem ser alocados no FEHIS;
 - Adotar soluções alternativas do ponto de vista estrutural e sanitário, buscando qualificar os projetos de forma mais segura e adequada; e
 - Melhorar o sistema construtivo das construções, adotando materiais seguros e duráveis, de modo a viabilizar outros tipos de melhorias, inclusive a serem realizadas pela própria população, desde que a edificação não esteja em situação de risco não mitigável.
- Estruturar instrumentos urbanísticos e jurídicos de proteção das famílias locatárias, visando não excluir potenciais famílias beneficiárias por conta de seu vínculo locatício com o imóvel, considerando:
 - Estabelecer e consolidar articulação institucional entre as pastas de habitação e política urbana da Prefeitura de Maceió e Governo de Alagoas, de modo que as melhorias habitacionais estejam articuladas à outras políticas de desenvolvimento e aos instrumentos de política urbana; e
 - Apoiar a elaboração e proposta de mudanças legislativas, sobretudo em nível municipal, que estabeleçam os marcos regulatórios necessários à proteção de famílias em domicílios alugados.
- Ampliar e fortalecer os espaços e instrumentos de participação e controle social, dentro das grotas, como forma de operacionalizar a segurança da posse, independentemente das melhorias habitacionais e de seus efeitos de valorização do imóvel.



1.6 Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos

Objetivo

- Potencializar as intervenções de mobilidade já realizadas pelo Governo de Alagoas, de modo a qualificar as condições físicas de acessibilidade e mobilidade, melhorar a integração territorial e garantir a prestação de serviços urbanos básicos.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Promover soluções de acessibilidade e mobilidade mais robustas e em maior escala, incluindo:
 - Estabelecer diretrizes projetuais para promover a integração das grotas com o restante da cidade por meio de intervenções viárias;
 - Elaborar projetos de melhorias viárias, com dimensionamento de vias para permitir a passagem de veículos prestadores de serviços, por exemplo, ambulâncias, bombeiros e coleta de lixo;
 - Prever e dimensionar passagens, rampas, escadarias que ampliem e qualifiquem o acesso de serviços básicos já existentes, como os de limpeza urbana, permitindo que prestadores percorram todas as áreas das grotas;
 - Projetar escadarias e vias de acesso que melhor atendam às necessidades de deslocamento da população, considerando as demandas diárias de mobilidade;
 - Promover a integração entre os sistemas viários de dentro e de fora das grotas, priorizando a articulação com a rede municipal e interestadual de transporte coletivo;
 - Realizar estudos de viabilidade sobre soluções alternativas de acessibilidade e integração das grotas, priorizando as necessidades locais de mobilidade cotidiana e a escala urbana;
 - Qualificar os espaços de circulação (vias de acesso, escadarias, pontes) com iluminação pública, preferencialmente econômica, sustentável e de fácil manutenção; e
 - Criar rotas acessíveis com a implantação de caminhos pedonáveis e interligando a grota aos principais equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, paradas de ônibus).



1.7 Equipamentos urbanos

Objetivo

- Potencializar as intervenções já realizadas pelo Governo de Alagoas, implementando equipamentos urbanos que qualifiquem o território e ampliem o escopo de serviços públicos prestados à população.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes
- 4: Juventudes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental
- 4.1: Manifestações culturais e artísticas
- 4.3: Atividades de esporte e lazer



Recomendações



- Implantar praças e minipraças destinadas ao esporte e lazer, e às manifestações culturais e artísticas de grupos locais:
 - Associar a instalação destes equipamentos ao planejamento de um sistema de áreas livres (conforme previsto na ação programática 2.1), ao controle da ocupação de áreas de risco, à proteção de áreas ambientais, à valorização da paisagem e às dinâmicas locais de uso e ocupação.
- Implantar equipamentos sociais de educação, saúde e assistência social como forma de impulsionar o desenvolvimento social e consolidar a prestação de serviços básicos:
 - Promover articulação técnica e institucional com outras secretarias governamentais como forma de coordenar políticas públicas relacionadas ao planejamento e à implementação de equipamentos sociais dentro das grotas; e
 - Implantar equipamentos sociais de acordo com as necessidades locais, definindo programação e horários de funcionamento adequados ao cotidiano de cada grota, por exemplo, escolas com programação cultural e abertas aos fins de semana.
- Instituir escritórios locais para prestação de Assistência Técnica em Urbanismo Social (ATUS) que possam funcionar como espaços de referência permanentes para:
 - (1) coleta de demandas;
 - (2) comunicação e informação;
 - (3) orientações técnicas sobre normas e procedimentos;
 - (4) acolhimento de iniciativas populares de desenvolvimento territorial;
 - (5) promoção da educação socioambiental e
 - (6) articulação entre a população das grotas e iniciativas de ensino, pesquisa e extensão da academia.
- Os escritórios podem ser organizados por regiões, agregando um conjunto de grotas, dispensando a necessidade de um para cada assentamento;
- Apoiar organização e estruturação de associações e/ou organizações comunitárias, visando o fortalecimento de iniciativas populares e oriundas da própria base social das grotas.



Quadro 1
**Síntese das
 ações
 propostas
 para o Eixo 1 e
 conexão com
 os demais
 eixos e ações
 programáticas**

EIXOS PROGRAMÁTICOS				
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 1	Direito à cidade e desenvolvimento do habitat	Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes	Emprego, trabalho e renda	Juventudes
1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais	1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	-
1.2: Regularização fundiária	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana	-	-
1.3: Endereçamento de logradouros públicos	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana	-	-
1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	-

Quadro 1
Continuação

AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 1	Direito à cidade e desenvolvimento do habitat	Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes	Emprego, trabalho e renda	Juventudes
1.5: Melhorias habitacionais	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	-
1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.7: Equipamentos urbanos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	-
1.7: Equipamentos urbanos	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos	2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	4.1: Manifestações culturais e artísticas 4.3: Atividades de esporte e lazer

Eixo Programático 2: Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes

Os **espaços livres urbanos** são áreas isentas de edificações nas cidades, como as áreas privadas (quintais, jardins e recuos exigidos por legislação) e áreas públicas (calçadas, ruas, praças, parques, jardins públicos, largos, margens de córregos, áreas de conservação ambiental, entre outros).

Neste amplo rol, destacam-se, em especial, os **espaços livres públicos** por seu papel enquanto palco da vida comum, espaço físico e simbólico, cuja forma possibilita ou restringe a saúde socioambiental e o desenvolvimento da comunidade (Lima et al, 2017).

A importância desses espaços demanda a disponibilidade de espaços compartilhados para a dimensão sociocultural (circulação, recreação, esporte, lazer, convivência), ambiental e paisagística (saneamento, drenagem, redução de carbono, regulação microclimática, estabilização de encostas).

Neste sentido, é importante projetar espaços livres levando em consideração não apenas os seus fluxos e funções no ambiente urbano, mas a sua relevância para a qualificação da paisagem e do habitat.

As populações urbanas, sobretudo as mais vulnerabilizadas, também possuem, na perspectiva do direito à cidade, o direito a um ambiente saudável, seguro e a uma paisagem qualificada. Afinal, a paisagem, como a forma urbana que é percebida e sentida, é o que conecta as pessoas aos seus lugares de vida.

Por esta razão, as chamadas “**Soluções baseadas na Natureza**” (SbN) assumem crescente destaque, dado que são propostas ambientais inspiradas pelas condições e dinâmicas ecossistêmicas de cada lugar, no sentido de acomodar (e não de restringir) e de valorizar (e não de ocultar) os processos da natureza na cidade.



A paisagem interessa a todos nós. Afeta nossa vida diária; influencia como nos sentimos sobre os locais onde vivemos, trabalhamos e relaxamos; é nosso habitat humano e nossa história viva, um complexo misto de elementos culturais; dá-nos o contexto da biodiversidade e seus reflexos no funcionamento dos sistemas de terra e água; tem a capacidade de nos inspirar e incitar; pode nos dar um senso de identidade, pertencimento e influenciar diretamente nossa qualidade de vida, promovendo o bem estar junto às comunidades locais (IUCN, 2004, p.1).

Sua aplicação em espaços urbanos requer uma adequada compreensão de seu papel nas diferentes dimensões que assume, a fim de garantir uma inserção adequada nas distintas complexidades territoriais. Sob o ponto de vista ecológico, por exemplo, os componentes hídricos de determinado recorte urbano (rios e suas várzeas, lagoas artificiais ou naturais) compõem um sistema de espaços livres de grande relevância.

Intervenções, por vezes, bem-intencionadas, porém focadas em soluções restritas a uma dimensão local, podem resultar em prejuízos maiores em outras áreas da cidade, como o aumento de inundações e alagamentos. Sendo assim, intervenções coerentes e efetivas em fundos de vale urbanos devem estar vinculadas a um planejamento sistemático de drenagem e de infraestrutura verde, envolvendo a macro e pequena escala, com manutenção continua e rotineira, tanto por parte das instituições responsáveis, quanto de seus usuários.

Ademais, as SbNs, associadas a uma concepção de planos e projetos de paisagem urbana, têm o potencial de estimular o senso de pertencimento e identidade local. Quando a comunidade se sente responsável pelo espaço público, ele passa a ser melhor cuidado e usufruído, e as áreas verdes livres passam a ser conservadas junto aos próprios moradores e usuários.

Objetivo

- Qualificar a infraestrutura e os espaços livres das grotas, a partir de uma perspectiva ambiental, do planejamento da paisagem e das dinâmicas, funções e Soluções baseadas na Natureza (SbN).

Ações programáticas

- Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- Esgotamento sanitário
- Drenagem urbana
- Educação ambiental

Conexão com os ODS

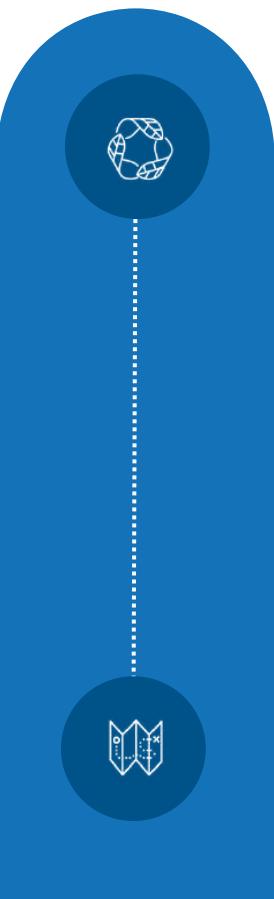


Conexão com a NAU

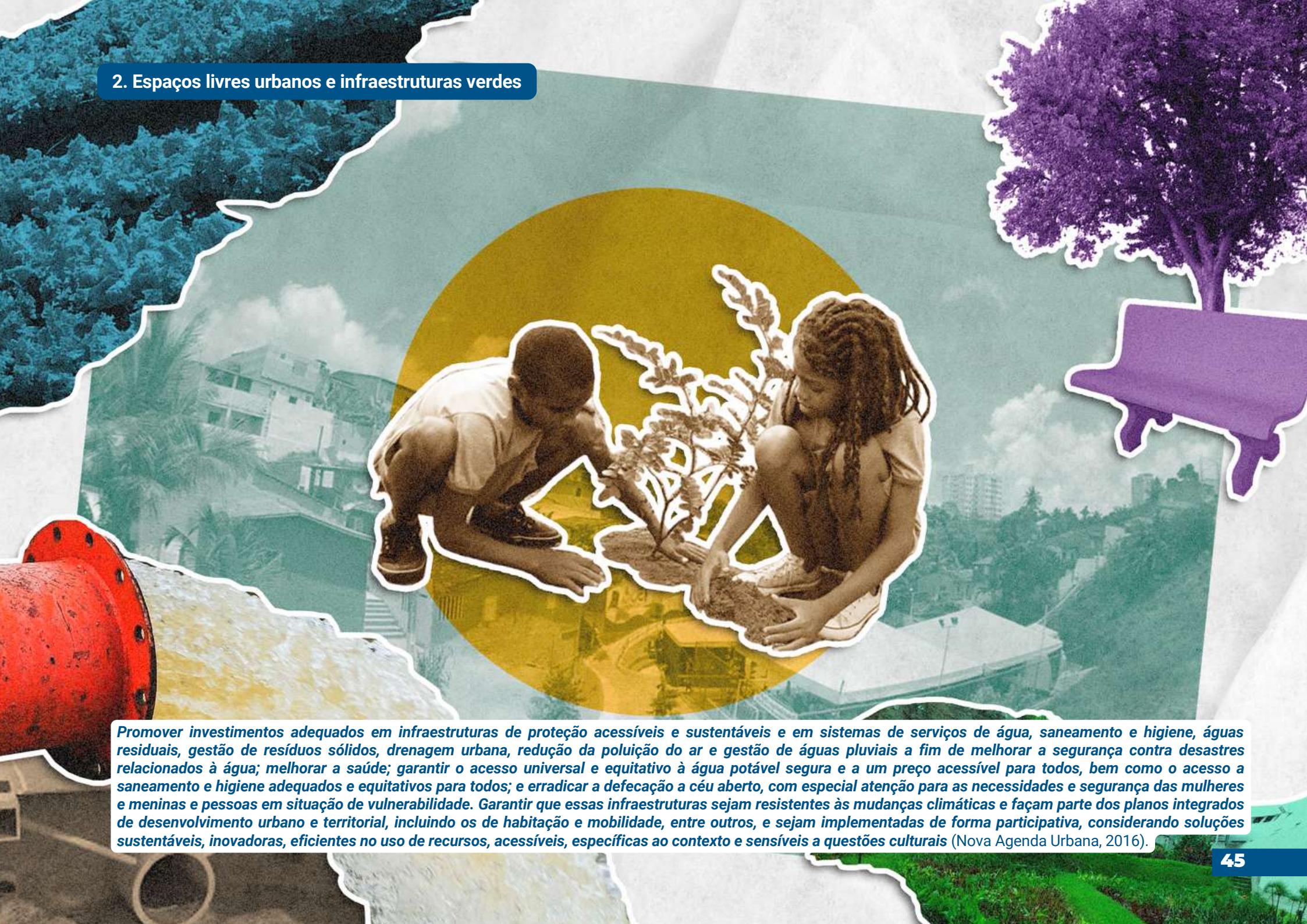
Dimensões

Compromissos transformadores

- Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza**
 - 34 (promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica)
 - 37 (criar espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade)
 - 38 (valorizar o patrimônio natural, cultural, material e imaterial)
- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos**
 - 51 (promover o desenvolvimento de estratégias espaciais urbanas, incluindo a utilização sustentável dos recursos)
- Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente**
 - 67 (criar redes bem conectadas e bem distribuídas)
 - 69 (preservar a função ecológica e social da terra, de modo que a sua capacidade regenerativa não seja excedida)
 - 73 (promover a conservação e o uso sustentável da água por meio da reabilitação dos recursos hídricos)
- Desenvolvimento da estrutura de governança urbana: estabelecimento de um marco de apoio**
 - 90 (fortalecer a governança local e metropolitana multinível para os desafios territoriais críticos)
 - 92 (promover abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, da conceitualização ao projeto, elaboração do orçamento, implementação, avaliação e revisão, com base em novas formas de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil)
- Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano**
 - 120 (equipar os serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento com a capacidade de implementar sistemas de gestão sustentável dos recursos hídricos)



2. Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes



Promover investimentos adequados em infraestruturas de proteção acessíveis e sustentáveis e em sistemas de serviços de água, saneamento e higiene, águas residuais, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, redução da poluição do ar e gestão de águas pluviais a fim de melhorar a segurança contra desastres relacionados à água; melhorar a saúde; garantir o acesso universal e equitativo à água potável segura e a um preço acessível para todos, bem como o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos; e erradicar a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades e segurança das mulheres e meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. Garantir que essas infraestruturas sejam resistentes às mudanças climáticas e façam parte dos planos integrados de desenvolvimento urbano e territorial, incluindo os de habitação e mobilidade, entre outros, e sejam implementadas de forma participativa, considerando soluções sustentáveis, inovadoras, eficientes no uso de recursos, acessíveis, específicas ao contexto e sensíveis a questões culturais (Nova Agenda Urbana, 2016).

2.1 Sistemas de Espaços Livres (SEL)

Objetivo

- Estabelecer um SEL visando à estruturação de espaços verdes de qualidade, multifuncionais e integrados, bem como o uso e a gestão compartilhada e comunitária.

Atores e parcerias

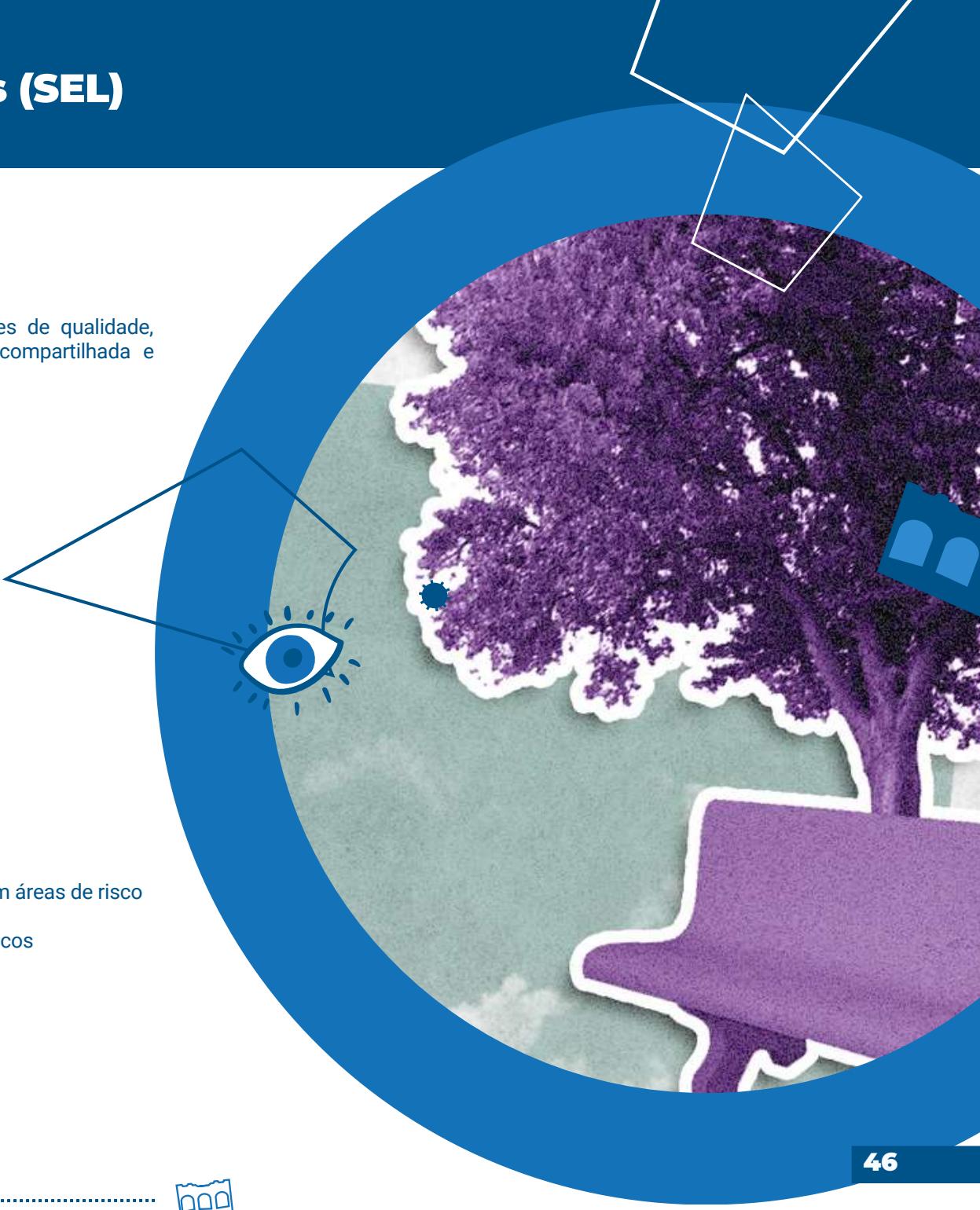
- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat
- 4: Juventudes

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental
- 4.1: Manifestações culturais e artísticas
- 4.3: Atividades de esporte e lazer



Recomendações



- Mapear o SEL das grotas, quantificando e qualificando os elementos existentes, de forma georreferenciada, indicando:
 - Espaços e equipamentos de lazer, educação e cultura existentes (quadras, playgrounds, praças, escolas, creches, postos de saúde, associações comunitárias), ainda que improvisados ou precários;
 - Demandas de cada comunidade de uso do espaço público (espaços para feiras, exposições, festas, eventos);
 - Espaços de interesse paisagístico (mirantes, áreas de mata remanescente, nascentes, córregos, áreas de valor comunitário, turístico, histórico); e
 - Pontos de infraestrutura de apoio, conflito de mobilidade (entradas de acesso às comunidades, escadaria, calçadas, condições da iluminação pública) e áreas de risco e de preservação permanente.
- Elaborar a “Carta de Paisagens das Grotas”, ilustrada e de fácil leitura visual, para divulgar as informações mapeadas e permitir ampla discussão com a população sobre o tema, inclusive de forma transversal a outras questões presentes nos territórios;
- Instituir um escritório local para prestação de Assistência Técnica em Urbanismo Social (ATUS) visando à elaboração de planos participativos de planejamento e gestão dos espaços livres, à sistematização de demandas, usos concorrentes, permanentes e temporários, e fluxos de modais, à coordenação das intervenções e à realização de capacitações de agentes locais para implementação e gestão das SbN propostas neste eixo;
- Promover ações integradas de educação urbana com a comunidade escolar das grotas e entorno, de forma a inserir, na grade curricular e extensionista, o vínculo entre as condições ambientais dos espaços livres e as formas de uso e apropriação do território, incluindo, por exemplo:
 - Elaborar cartilhas com diretrizes gerais de intervenções no SEL para favorecer a gestão adequada das SbN propostas neste eixo;
 - Implementar programas de hortas comunitárias e de plantio de espécies nativas e frutíferas;
 - Mapear roteiros de turismo paisagístico e comunitário, como forma de promover a integração do SEL das grotas, fomentar a economia local e o valorizar o senso de pertencimento com o lugar; e
 - Mapear espaços para a agricultura urbana, favorecendo a segurança alimentar e nutricional e a valorização das condições agrícolas existentes em cada comunidade.
- Estabelecer parceria com os atores propostos com a finalidade de trabalhar os SEL das grotas como incubadores de inovação e tecnologia social, visando o desenvolvimento de propostas sustentáveis de ocupação do território.



2.2 Esgotamento sanitário

Objetivo

- Universalizar o esgotamento sanitário nas grotas, com coleta, tratamento e destinação do esgoto por meio de implantação de wetlands e/ou encaminhamento a Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) descentralizadas e/ou com interligação à rede a ser instalada.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal)
- BRK Ambiental

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1. Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.3: Drenagem urbana
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Atualizar o Plano Municipal de Saneamento Básico de Maceió, elaborado em 2017, incluindo diagnósticos e estratégias que levem em consideração o impacto da concessão de saneamento, das intervenções realizadas no Riacho Salgadinho pelo poder público municipal e dos desastres ambientais ocorridos no bairro do Pinheiro e adjacências, bem como os benefícios de implantação de um Sistema de Espaços Livres (SEL) nas grotas e de Soluções baseadas na Natureza (SbN), conforme as que estão propostas na ação programática 2.1;
- Adotar os *wetlands* (ver box a seguir), tratamento natural de esgotos em jardins filtrantes, como um sistema complementar às soluções tradicionais ao incorporar as características físicas, topográficas, urbanísticas e sociais dos territórios:
 - Diagnosticar a qualidade da água e identificar as fontes de poluição pontual e difusa;
 - Identificar a demanda e a possibilidade de utilização da água de reuso gerada pelo sistema;
 - Diagnosticar o potencial hídrico das águas fluviais e pluviais; e
 - Realizar estudos para determinar possíveis locais para a implantação.
- Adotar o esgoto tratado como fonte de água não potável (água de reuso) que pode ser armazenada e utilizada nas residências em descargas (quando implementada em conjunto com o sistema de abastecimento hidráulico) e em outros usos não potáveis, como lavagem de áreas comuns e privadas, irrigação de jardins e pomares urbanos;
- Adotar biodigestores em unidades habitacionais que não sejam cobertas pela rede coletora de esgoto, contribuindo para:
 - (1) reciclagem dos resíduos orgânicos;
 - (2) obtenção de gás limpo resultante do processo como uma fonte de energia eficiente e econômica;
 - (3) produção de fertilizantes para hortas comunitárias e de plantio de espécies nativas e frutíferas; e
 - (4) gerenciamento adequado de resíduos orgânicos, o que ajuda a reduzir danos e melhorar a saúde pública.
- Adotar a tarifa social para garantir o acesso a serviços de saneamento e integrar efetivamente as grotas à rede pública de saneamento, tendo em vista que a população residente se encontra em condição de alta vulnerabilidade social; e
- Estabelecer parceria com os atores propostos visando à implementação de soluções não tradicionais e complementares ao serviço prestado pela concessionária de água e esgoto.



OS WETLANDS COMO SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA O ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GROTAS

Segundo o Ranking do Saneamento 2022 do Instituto Trata, Maceió possui 89,61% dos domicílios com abastecimento de água e apenas 43,03% dos domicílios com atendimento total de esgoto[5]. Considerando as características geológicas e geomorfológicas das grotas, o alcance de serviços de saneamento básico implica na melhoria do serviço na capital como um todo, ou seja, equacionar as contribuições de esgotos provenientes das áreas mais altas (os tabuleiros) e planejar ações para a melhoria da rede existente ou a ser instalada, com foco na ampliação da cobertura e na redução de perdas. Nesse sentido, sendo a água potável um recurso valioso, é fundamental garantir a recuperação e abastecimento de lençóis freáticos, mananciais e reservas naturais, além de reduzir o consumo e tratar o máximo possível os efluentes gerados. Ademais, o esgoto como uma fonte de recurso passível de reutilização permite também aumentar a quantidade de água disponível e melhorar o balanço hídrico da cidade.

Para contribuir com esse cenário, a adoção de **wetlands** é uma alternativa ao método tradicional de esgotamento sanitário. Os jardins filtrantes são sistemas de tratamento natural de esgoto, baseados na capacidade de purificação natural de plantas aquáticas e de microrganismos em simbiose com as raízes. As plantas crescem em um substrato inerte e se alimentam da matéria orgânica presente no efluente. Em seguida, usa esses nutrientes para se desenvolver e o que antes era esgoto passa a ser um jardim, com água tratada e padrão superior ao requerido para usos não potáveis. Assim, por meio da fitorremediação do efluente gerado localmente, permitem que o esgoto doméstico seja coletado, tratado e destinado adequadamente.

Este sistema, sem adição de químicos e sem odor, também traz outros benefícios intrínsecos à presença de vegetação, como a purificação do ar, conforto térmico, estética visual, bem-estar e criação de ambientes saudáveis para uso de lazer e contemplação. Os *wetlands* podem ser instalados no lote ou em áreas comuns, sendo dimensionados a partir da vazão de esgoto gerado e da sua relação com a quantidade de espaço disponível. Os reservatórios de reuso podem ser superficiais, elevados ou até mesmo subterrâneos, reduzindo assim também a necessidade de grandes áreas de instalação.

A sua fácil manutenção é feita por meio da poda da vegetação, para que as plantas possam absorver mais os nutrientes e se desenvolver continuamente. A biomassa resultante pode ser utilizada na produção de um substrato rico para adubo ou compostagem. A utilização de *wetlands* contribui ainda com o tratamento descentralizado do esgoto, de modo que não seja necessário encaminhar para um único ponto, e com a diminuição da operação e manutenção do sistema. Por fim, esta solução permite a supressão das fossas negras, destinação precária amplamente utilizadas nas grotas que contribui para a instabilidade e ruptura de taludes, e a contaminação do solo e do lençol freático da cidade.

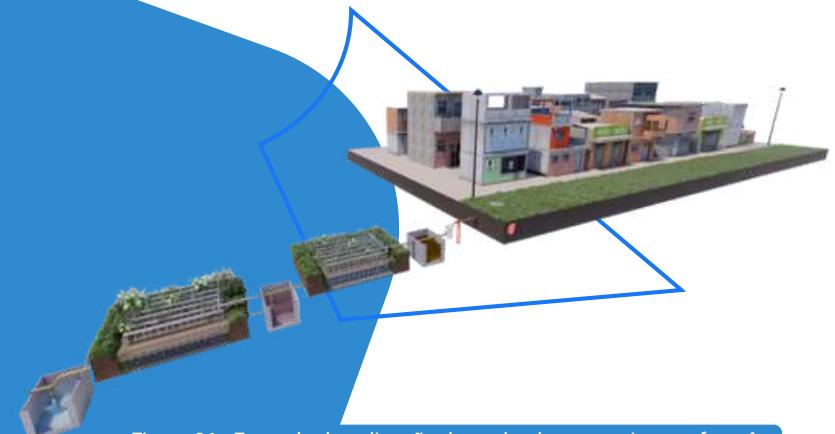


Figura 01 - Exemplo de aplicação de wetlands com o sistema francês (efluente bruto e sem tratamento prévio)

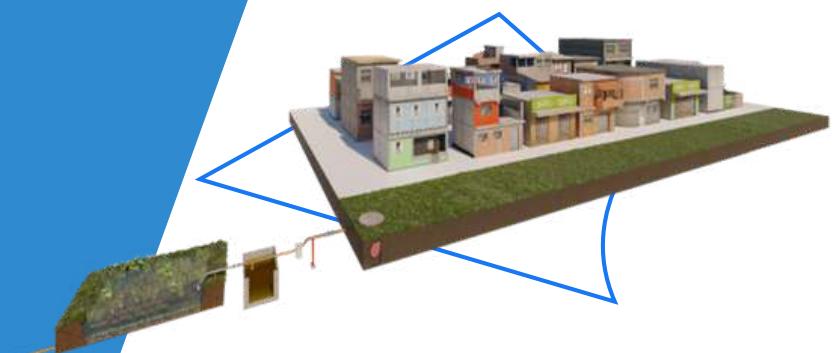


Figura 02- Exemplo de aplicação de wetlands em sistemas híbridos

[5] Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Tabela_das_100_Cidades.pdf. Acesso em 01 nov. 2022.

2.3 Drenagem urbana

Objetivo

- Melhorar a drenagem urbana, de forma a contribuir com a diminuição das inundações e alagamentos ocasionados por eventos de chuva, bem como tratar a poluição difusa das águas pluviais.

Atores e parcerias

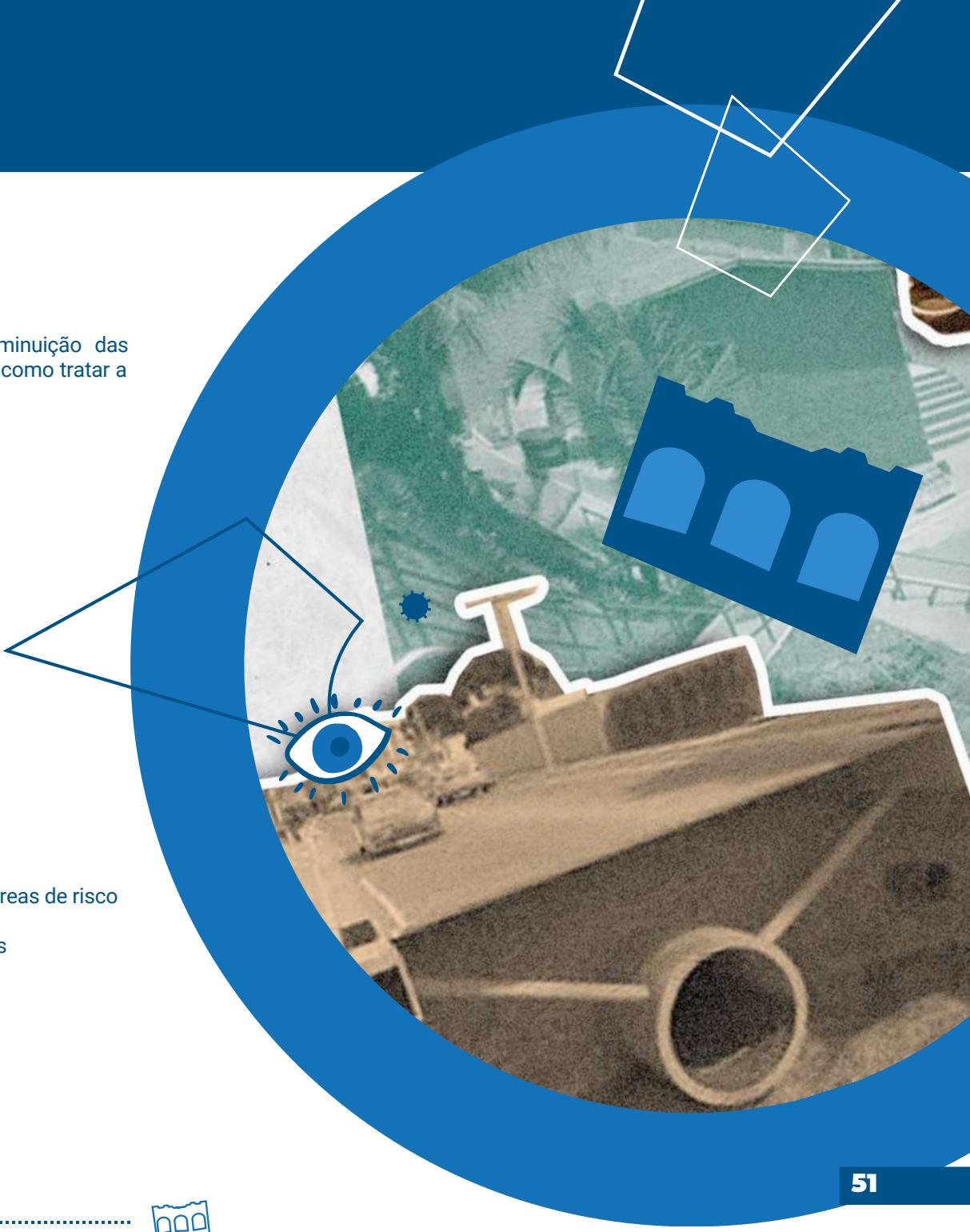
- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal)
- BRK Ambiental
- Academia
- Escritórios de Arquitetura e Engenharia Ambiental

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1. Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.4: Educação ambiental



Recomendações



- Estruturar o planejamento e projeto da paisagem urbana com enfoque no tratamento das águas pluviais, a partir da aplicação de SbN, incluindo:
 - Diagnóstico da bacia hidrográfica e estudo hidrológico: caracterização física e urbanística da bacia e das manchas de inundação e qualidade das águas pluviais e fluviais;
 - Estudo geomorfológico e topográfico: tipo, permeabilidade e capacidade de infiltração do solo, e tendência de caminhos das águas pluviais;
 - Análise da qualidade do solo e das águas: levantamento dos tipos e origem dos poluentes existentes e a serem mitigados;
 - Análise e diagnóstico dos processos participativos iniciados e promovidos por instituições atuantes no território: identificação das demandas do território e da população, e as formas de articulação por meio da educação ambiental e de tecnologias sociais;
 - Estudos para integração de SbN às propostas existentes e/ou implantadas: identificação de métodos e soluções viáveis e permanentes;
 - Planejamento das SbN com definição de cenários de aplicação e avaliação do seu impacto hidrológico:
 - (1) Seleção de locais potenciais para recuperação da paisagem e de áreas verdes associadas à valorização dos rios, córregos e suas margens;
 - (2) Identificação de oportunidades de uso, conservação e preservação dos recursos naturais, e análise de impactos positivos e negativos; e
 - (3) Definição de tipologias adequadas para mitigação de problemas de erosão, drenagem, poluição e qualidade ambiental.
 - Elaboração de projetos específicos para cada área a ser subdividida a partir do desenho das sub bacias hidrográficas.
- Estabelecer parceria com os atores propostos visando à implementação de soluções não tradicionais e complementares ao serviço prestado pela concessionária de água e esgoto.



AS SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ESTRATÉGIAS PARA A DRENAGEM URBANA DAS GROTAS

A aplicação de **Soluções baseadas na Natureza (SbN)**, enquanto um método projetual inspirado nas dinâmicas ecossistêmicas, permite potencializar o alcance dos objetivos e metas relacionados à água na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que a regulação hídrica reduz o risco de desastres ambientais e recupera a qualidade dos corpos d'água. Além disto, as SbN são estratégias que auxiliam no enfrentamento dos desafios globais do clima e visam alcançar segurança hídrica e alimentar, em conjunto com o crescimento econômico e social sustentável e a conservação da biodiversidade.

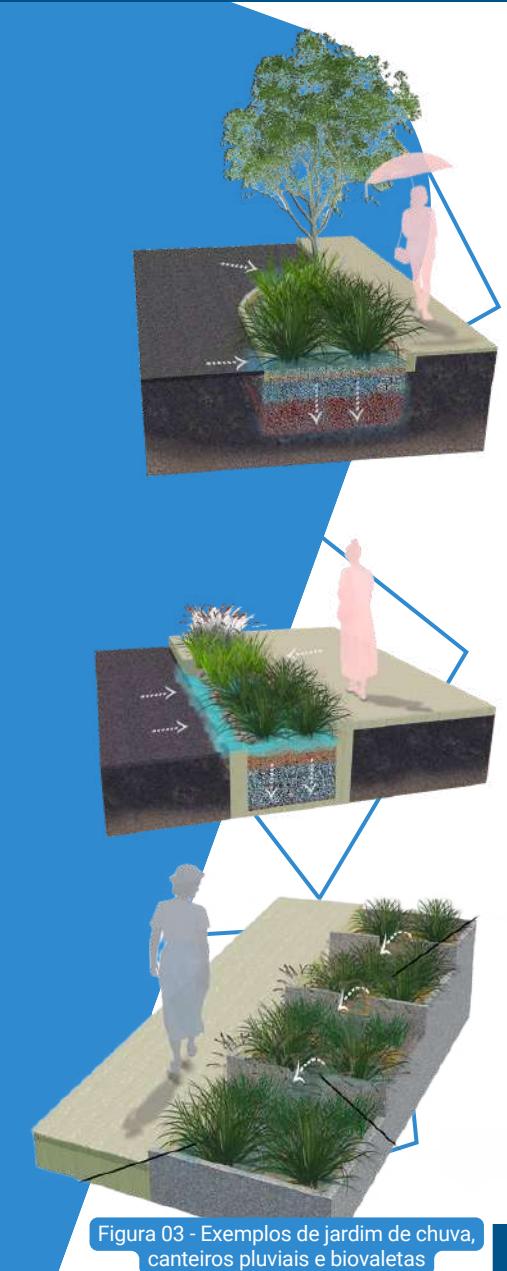
No caso das grotas de Maceió, intervenções ecossistêmicas de drenagem urbana são medidas essenciais para a melhoria das condições de vida da população, dado que esses territórios possuem uma relevante função ambiental tanto pela conexão direta com as regiões de cotas mais elevadas quanto pelo seu percurso em direção às planícies mais baixas da cidade.

As vantagens de integração das SbN ao tratamento da drenagem urbana das grotas são diversas, entre elas:

- Reduzir riscos de inundação nos fundos de vale e amortecer em períodos de cheias por incorporar diferentes medidas de retenção e infiltração do escoamento superficial das águas ao longo da bacia hidrográfica;
- Reduzir poluição difusa por meio da fitorremediação (uso de plantas para extrair, conter ou impedir a contaminação do solo e da água);
- Melhorar o conforto ambiental ao contribuir com o processo de evapotranspiração;
- Fornecer suporte à vida de animais e plantas;
- Tornar o custo mais econômico comparado às infraestruturas tradicionais;
- Reduzir a necessidade de instalação de estruturas de detenção para conter o volume decorrente do escoamento superficial;
- Manejar adequadamente as águas urbanas (jardim de chuva, canteiros pluviais, terraços de chuva, bacia vegetada e reservatórios anfíbios), conforme questões socioeconômicas, urbanísticas, ambientais e legislativas de cada bacia hidrográfica; e
- Fornecer proteção hidrológica aos residentes de Maceió e entorno, a partir da convivência harmoniosa com as águas pluviais.

Sobre os dispositivos de drenagem das águas urbanas e a articulação com as SbN, algumas soluções são recomendadas para as grotas de acordo com o arranjo e localização mais adequados, por exemplo:

- **Jardins de chuva:** estruturas filtrantes simples, de fácil implantação e manejo, que retém e absorvem as águas pluviais, contribuindo para a redução de inundações, recarga do lençol freático e melhoria na qualidade da água residual. Quando implantados em larga escala podem ainda servir como instrumentos urbanísticos dotados de incentivos financeiros, por exemplo, com descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- **Canteiros pluviais:** estruturas filtrantes, de fácil implantação e aplicadas ao sistema viário, que retém e absorvem as águas pluviais conectadas ao sistema de drenagem urbana proposto ou já existente;



AS SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ESTRATÉGIAS PARA A DRENAGEM URBANA DAS GROTAS

- **Biovaletas:** estruturas que fazem o encaminhamento das águas pluviais e reduzem a velocidade de escoamento superficial, trazendo também benefícios de infiltração das águas, quando implantados onde existem valetas de cimento, entre lotes e nas guias junto às calçadas e vias de circulação de veículos;
- **Escadas hidráulicas vegetadas:** trechos de vegetação que, em escadas hidráulicas conectadas a muros de arrimo ou a reservatórios de armazenamento e reuso, possibilitam a permeabilidade e segurança dos taludes, além de servir como áreas de direcionamento das águas pluviais;
- **Terraços pluviais:** áreas específicas para o armazenamento de águas pluviais em taludes, funcionam como jardins de retenção e podem ser executados com pedras argamassadas ou semienterradas, a depender da formação geomorfológica;
- **Recuperação de taludes:** por meio da bioengenharia, plantio e reafeiçoamento, as encostas naturais podem receber infraestrutura para redução dos deslizamentos de terra e dos riscos às moradias. Encostas vegetadas com aplicação de materiais naturais ou geomantas, podem também trazer benefícios quanto à infiltração das águas pluviais e à redução da velocidade de escoamento;
- **Pomares e hortas urbanas:** em trechos de uso comum, podem ser agregados arborização frutífera para proporcionar a produção e consumo de alimentos pela própria comunidade, valorizar a paisagem e criar espaços de convivência colaborativos e educacionais;
- **Reservatórios anfíbios:** reservatórios distribuídos em áreas de maior incidência de inundações para diminuir a quantidade da água que atinge os córregos e cursos d'água, bem como, em períodos de seca, pode atuar na melhoria das águas fluviais por fitorremediação, ou retroalimentando o sistema de abastecimento de águas não potáveis;
- **Bacias vegetadas:** sistemas de captação de águas pluviais (de detenção ou retenção) implantados em lotes ou coletivamente, em dimensões maiores, para captação de excedentes de chuvas junto ao sistema tradicional de drenagem.



Figura 04 - Exemplo de escadas hidráulicas vegetadas



Figura 05 - Exemplo de bacias vegetadas

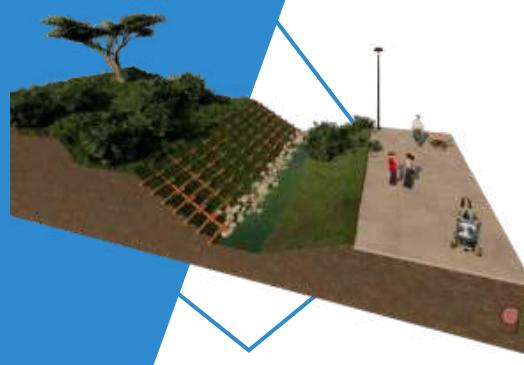


Figura 06 - Exemplo de recuperação de taludes

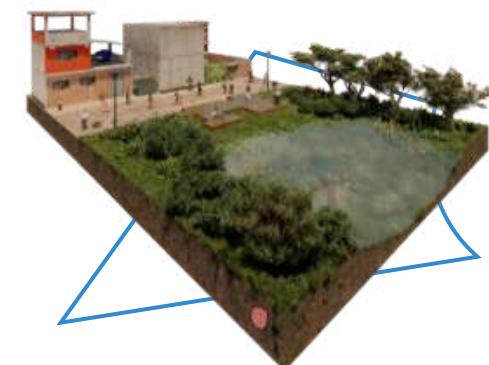


Figura 07 - Exemplo de bacias vegetadas

Fonte: Guajava e Polis 2022.

2.4 Educação ambiental

Objetivo

- Instituir um programa de educação ambiental para capacitar a população e garantir a implementação e manutenção das SbN.

Atores e parcerias

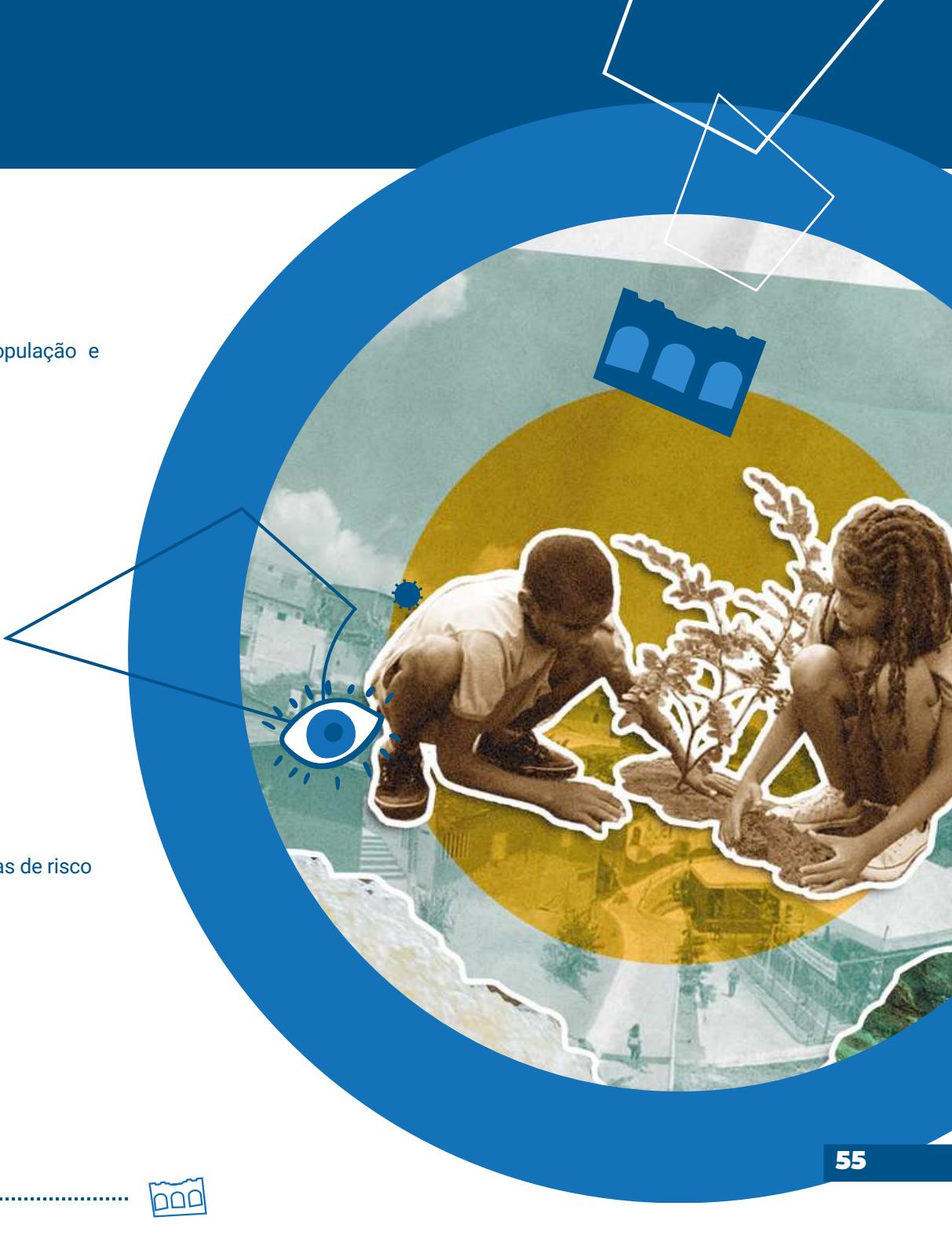
- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.2: Regularização fundiária
- 1.3: Endereçamento de logradouros públicos
- 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco
- 1.5: Melhorias habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)
- 2.2: Esgotamento sanitário
- 2.3: Drenagem urbana



Recomendações



- Estruturar um programa de educação ambiental para formação e capacitação da população, considerando aspectos teórico-práticos e processos de ensino-aprendizagem que contemplem:
 - Diagnóstico socioambiental participativo, incluindo identificação de problemas, potencialidades locais, atores prioritários e potenciais parceiros, e medidas de preservação e recuperação ambiental;
 - Proposta de participação qualificação em processos decisórios sobre atividades que a gestão territorial e o meio ambiente;
 - Proposta de circuito de educação ambiental na comunidade escolar das grotas e entorno;
 - Proposta de campanha educativa para implantação de coleta seletiva e reciclagem; e
 - Proposta de geração de emprego, renda e desenvolvimento de novos negócios a partir do manejo ambiental adequado.
- Implantar ecopontos para descarte voluntário, adequado e regular de resíduos sólidos, de modo a evitar o despejo em vias, rios e terrenos baldios;
- Instituir um programa de troca de materiais recicláveis por produtos hortifrutis de pequenos agricultores de Maceió e/ou da Região Metropolitana;
- Implantar centros de atividades ambientais junto às escolas para sediar as atividades de capacitação do programa de educação ambiental ou a troca de recicláveis por alimentos;
- Promover e/ou facilitar ações articuladas com a comunidade escolar, de forma a inserir, na grade curricular e extensionista, as atividades do programa de educação ambiental;
- Fortalecer os programas de limpeza urbana já existentes, como o Varre Grotas e o Gari Comunitário, articulando-os com campanhas de sensibilização e orientação sobre o descarte adequado do lixo:
 - Ampliar a atuação do Mascote 'Caramelo', utilizado pela Setrand, como instrumento de comunicação nas campanhas educativas.
- Estabelecer parceria com os atores propostos visando fortalecer o programa de educação ambiental e articular melhor as ações nos territórios.



Quadro 2
Síntese das
ações
propostas
para o Eixo 2 e
conexão com
os demais
eixos e ações
programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS				
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 2	Direito à cidade e desenvolvimento do habitat	Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes	Emprego, trabalho e renda	Juventudes
2.1: Sistemas de Espaços Livres (SEL)	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	4.1: Manifestações culturais e artísticas 4.3: Atividades de esporte
2.2: Esgotamento sanitário	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1. Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.3: Drenagem urbana 2.4: Educação ambiental	-	-
2.3: Drenagem urbana	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1. Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.4: Educação ambiental	-	-
2.4: Educação ambiental	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.2: Regularização fundiária 1.3: Endereçamento de logradouros públicos 1.4: Atendimento habitacional para reassentamento de famílias em áreas de risco 1.5: Melhorias habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	2.1. Sistemas de Espaços Livres (SEL) 2.2: Esgotamento sanitário 2.3: Drenagem urbana	-	-

Eixo Programático 3: Emprego, trabalho e renda

A geração de emprego, trabalho e renda em territórios vulnerabilizados demanda a articulação entre as ofertas tradicionais do mercado de trabalho com as vocações, dinâmicas e potencialidades locais. A partir disto, a sustentabilidade de políticas públicas pode ocorrer de forma mais eficaz, além de promover um desenvolvimento econômico mais inclusivo, com emprego pleno, produtivo e trabalho digno.

As políticas públicas devem também reconhecer e fortalecer a organização social das comunidades vulnerabilizadas enquanto sujeitos políticos coletivos, visando o fortalecimento de iniciativas oriundas da sua própria base social e que promovam a cidadania com equidade de oportunidades e o desenvolvimento autônomo.

Objetivo

- Articular e promover iniciativas de formação, qualificação e acesso ao mercado de trabalho, priorizando jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade e a melhoria das condições de vida da população residente nas grotas.

Conexão com os ODS



Ações programáticas

1. Acesso ao mercado de trabalho
2. Educação para o trabalho e qualificação profissional
3. Alternativas de trabalho e renda

Conexão com a NAU

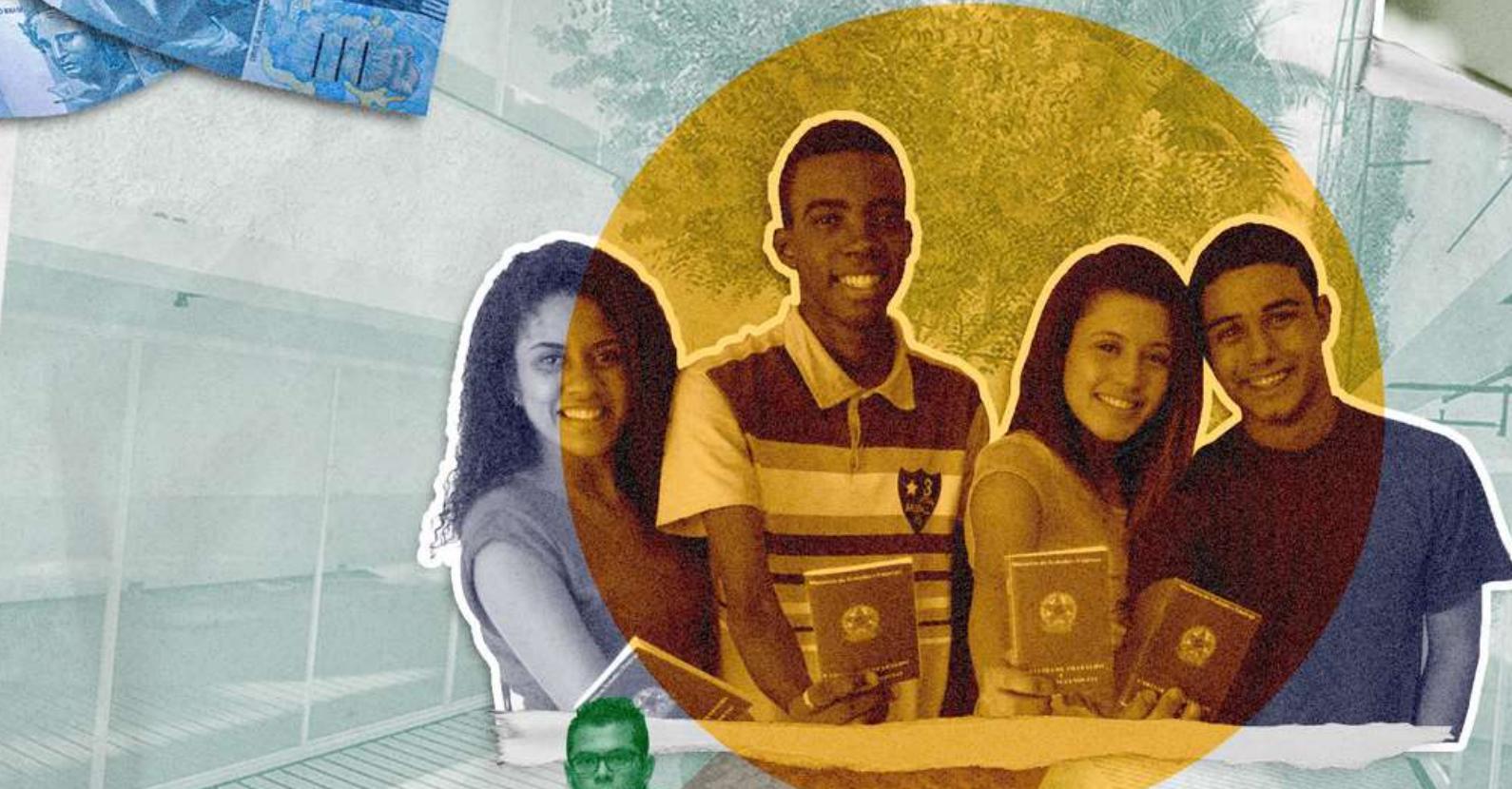
Dimensões

Compromissos transformadores



- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos
 - 56 (proporcionar conhecimentos, habilidades e equipamentos para uma economia urbana inovadora e competitiva)
 - 57 (promover emprego pleno e produtivo, trabalho digno e oportunidades de subsistência)
- Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano
 - 109 (aumento da alocação de recursos financeiros e humanos para a urbanização para garantir que assentamentos precários sejam integrados às dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas)

3. Emprego, trabalho e renda



Reconhecer que o crescimento econômico inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos, é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e territorial sustentável e que as cidades e os assentamentos humanos devem ser lugares de igualdade de oportunidades, permitindo às pessoas viverem uma vida saudável, produtiva, próspera e plena (Nova Agenda Urbana, 2016).

3.1 Acesso ao mercado de trabalho

Objetivo

- Orientar e apoiar a população das grotas visando a sua inserção, reinserção ou permanência no mercado de trabalho, a geração de emprego, trabalho e renda e a melhoria das condições de vida.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil
- Empresas privadas

Conexão com outros eixos programáticos

- 4: Juventudes

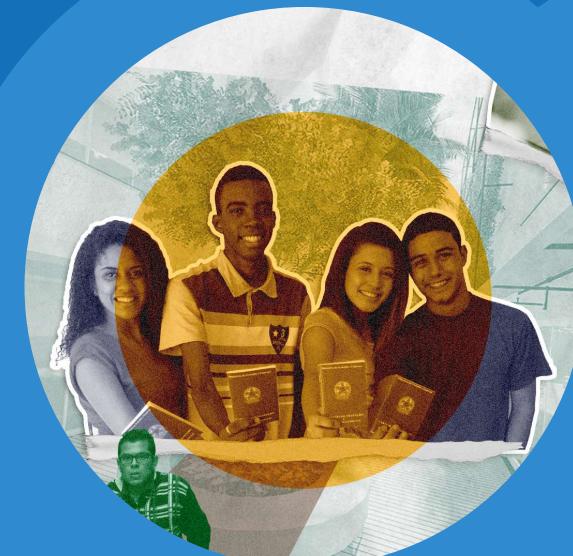
Conexão com ações programáticas

- 3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 3.3: Alternativas de trabalho e renda
- 4.2: Inclusão digital



Recomendações

- Estruturar programa (nome sugestivo: “Juntos pelo Trabalho”) com ações para o desenvolvimento local e comunitário, incluindo:
 - Definir metodologia, governança e planos de ação intersetorial e intergovernamental para implementação do programa;
 - Diagnosticar o perfil da força de trabalho local, das tendências de mudanças e das vagas tradicionais disponibilizadas pelo mercado de trabalho; e
 - Definir estratégias para integrar, operacionalizar e contratar a população em serviços e ações vinculadas às políticas públicas governamentais, em especial ao que estão inseridas no Programa Vida Nova nas Grotas e nas ações propostas neste documento.
- Promover mutirões de orientação e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social e demais documentos obrigatórios para o exercício da cidadania;
- Aperfeiçoar e/ou criar marco regulatório para promover o emprego, trabalho e renda em territórios vulnerabilizados:
 - Elaborar texto base do marco regulatório;
 - Realizar eventos públicos para apreciação e debate das propostas; e
 - Sistematizar contribuições e propor marco regulatório específico para o desenvolvimento econômico mais inclusivo nas grotas.
- Desenvolver mecanismos e ferramentas de comunicação e divulgação das oportunidades de trabalho e renda:
 - Disponibilizar espaços públicos livres ou equipamentos públicos para divulgação de vagas e realização de etapas iniciais de processos seletivos (recebimento de documentação, entrevistas, dinâmicas e demais procedimentos pré-contratuais);
 - Ampliar a atuação do Mascote ‘Caramelo’, utilizado pela Setrand, como instrumento de comunicação em oficinas, campanhas educativas e ações de mobilização e sensibilização para o mercado de trabalho; e
- Criar canal de telemarketing, plataforma ou aplicativo para intermediar a busca ativa de vagas e de serviços prestados pela população.
- Alocar recursos orçamentários em programas e fundos governamentais de fomento ao emprego, trabalho e renda;
- Definir rotina de mapeamento e prospecção de fundos de financiamento nacionais e internacionais para projetos de trabalho e renda;
- Estabelecer parceria com instituições do Sistema S, academia, entidades de classes e sindicatos para a oferta de vagas, em especial para jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade ou com experiência reduzida:
 - Promover campanhas e ações de mobilização e sensibilização junto às instituições parceiras para ofertas e contratações;
 - Criar canal de intermediação para oferta e demanda de vagas das instituições parceiras; e
 - Apoiar a realização de oficinas de orientação e treinamento profissional para novas contratações.



3.2 Educação para o trabalho e qualificação profissional

Objetivo

- Promover a educação e qualificação profissional para ampliar as oportunidades de inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 4: Juventudes

Conexão com ações programáticas

- 3.1: Acesso ao mercado de trabalho
- 3.3: Alternativas de trabalho e renda
- 4.2: Inclusão digital





- Elaborar Plano de Formação Social e Qualificação Profissional para implementação articulada de conhecimentos práticos, científicos, tecnológicos e humanísticos, incluindo:
 - Diagnosticar demandas e perspectivas de formação social e qualificação profissional voltadas ao desenvolvimento local e comunitário;
 - Criar banco de talentos para ampliar as oportunidades de renda das vocações locais;
 - Definir estratégias de promoção e/ou facilitação de oficinas para:
 - Inserção, reinserção ou permanência no mercado de trabalho, em especial de jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade ou com experiência reduzida;
 - Capacitação e formação social voltadas ao cooperativismo e associativismo;
 - Orientação para a participação das juventudes das grotas em seleções de programas específicos de inserção juvenil, como o Pontapé - Programa de Estágio do Governo de Alagoas; e
 - Qualificação profissional da população para a execução, gestão e manutenção das ações do Programa por meio da contratação direta pelo poder público.
- Implantar espaços específicos para formação e qualificação profissional, como centros de informática, polos locais de inovação e tecnologia, laboratórios de fabricação digital (*Fab Labs*) para produção rápida de objetos, entre outros;
- Implementar programas para elevação da escolaridade de trabalhadores(as) que buscam inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho; e
- Estabelecer parceria com instituições do Sistema S, academia, entidades de classes e sindicatos para a oferta de cursos de formação e qualificação.



3.3 Alternativas de trabalho e renda

Objetivo

- Estimular formas alternativas de geração de trabalho e renda por meio do apoio e fomento às iniciativas autônomas e empreendedoras.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Academia
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 4: Juventudes

Conexão com ações programáticas

- 3.1: Acesso ao mercado de trabalho
- 3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.2: Inclusão digital



Recomendações

- Mapear arranjos produtivos locais, empreendimentos populares, profissionais autônomos e grupos/coletivos, visando identificar a viabilidade, replicabilidade e potencialidades das iniciativas e serviços prestados;
- Apoiar a estruturação de Microempreendedores Individuais (MEIs), cooperativas e associações, com informações qualificadas e assistência técnica para implementação e gestão de projetos de impacto social e econômico;
- Estimular e apoiar, com recursos, logística e equipamentos, a articulação em rede de iniciativas locais visando à prestação de serviços comunitários para atender demandas públicas e/ou privadas, por exemplo, aquelas relacionadas a serviços gerais, à economia do cuidado e às vocações locais;
- Criar uma central de serviços autônomos, similar a um portal de classificados, para divulgar serviços prestados por profissionais locais;
- Promover oficinas de capacitação sobre gestão de projetos de empreendedorismo social, incluindo metodologias, ferramentas e instrumentos para criação, formalização e manutenção administrativa, contábil e jurídica;
- Implantar *coworkings* sociais para promover o acesso a tecnologias apropriadas para produção e gestão de negócios locais, e assessorar a incubação de iniciativas de economia solidária;
- Alocar recursos orçamentários em programas e fundos governamentais de fomento ao trabalho e renda, como bancos comunitários ou ofertas de microcrédito produtivo;
- Definir rotina de mapeamento e prospecção de fundos de financiamento nacionais e internacionais para projetos alternativos de trabalho e renda; e
- Estabelecer parceria com instituições do Sistema S, academia, entidades de classes e sindicatos para prestar assessoria técnica à incubação, implementação e gestão de projetos de empreendedorismo social.



Quadro 3

Síntese das ações propostas para o Eixo 3 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS				
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 3	Direito à cidade e desenvolvimento do habitat	Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes	Emprego, trabalho e renda	Juventudes
3.1: Acesso ao mercado de trabalho	-	-	3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional 3.3: Alternativas de trabalho e renda	4.2: Inclusão digital
3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional	-	-	3.1: Acesso ao mercado de trabalho 3.3: Alternativas de trabalho e renda	4.2: Inclusão digital
3.3: Alternativas de trabalho e renda	-	-	3.1: Acesso ao mercado de trabalho 3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional	4.2: Inclusão digital

Eixo Programático 4: Juventudes

A situação das juventudes das grotas representa um desafio para o desenvolvimento sustentável de Maceió, dado os percentuais elevados de desemprego e o baixo grau de escolaridade. Ações específicas para essa etapa da vida devem ser priorizadas pelo poder público, entre elas, aquelas que aumentem as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, fortaleçam o convívio social e os vínculos de pertencimento, e promovam espaços e iniciativas que valorizem a cultura, o esporte e o lazer.

Objetivo

- Incentivar a inclusão digital e participação das juventudes das grotas de Maceió em manifestações culturais e artísticas, e atividades de esporte e lazer.

Conexão com os ODS



Ações programáticas

- Manifestações culturais e artísticas
- Inclusão digital
- Atividades de esporte e lazer

Conexão com a NAU

Dimensões

Compromissos transformadores

- Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza

- 34 (promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica)
- 38 (valorizar o patrimônio natural, cultural, material e imaterial, enfatizando o papel que exercem na reabilitação e revitalização de áreas urbanas, e no fortalecimento da participação social e do exercício da cidadania)
- 39 (promover ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e protegidos em cidades e assentamentos humanos para todos viverem, trabalharem e participarem na vida urbana)

- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos

- 61 (promover o acesso dos jovens à educação, capacitação e emprego, para alcançar maior produtividade e prosperidade)

Digaê

O programa Digaê! - Juventudes, Comunicação e Cidade, implementado pelo ONU-Habitat e o Governo de Alagoas, é um exemplo de iniciativa que busca reforçar e estimular a participação de jovens de comunidades periféricas de Maceió na transformação de seus territórios.

Em parceria com o Instituto Pólis e a Viração, o programa oferece capacitações e mentorias em diferentes linguagens de comunicação, engajamento comunitário e produção midiática.

Por meio de oficinas, os participantes desenvolvem colaborativamente conteúdos multimídia sobre suas memórias, histórias e narrativas relacionadas às grotas, além de se apropriarem de técnicas e ferramentas de comunicação em prol do fortalecimento da coesão social e do desenvolvimento local, de forma autônoma e sustentável.



Para saber mais, acesse:
visaoalagoas2030.al.gov.br

4. Juventudes



Promover iniciativas de desenvolvimento de capacidades para empoderar e fortalecer as habilidades de mulheres e meninas, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades locais, assim como de pessoas em situação de vulnerabilidade, para moldar processos de governança, estabelecer diálogos, promover e proteger direitos humanos e combater a discriminação, assegurando a sua participação efetiva na tomada de decisões acerca do desenvolvimento urbano e territorial (Nova Agenda Urbana, 2016).

4.1 Manifestações culturais e artísticas

Objetivo

- Fomentar iniciativas que valorizem as manifestações culturais e artísticas por meio de intervenções realizadas pelas juventudes.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Conexão com ações programáticas

- 1.7: Equipamentos urbanos
- 4.3: Atividades de esporte e lazer



Recomendações

- Mapear grupos, coletivos, associações e Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem atividades culturais e artísticas nas grotas e entorno;
- Promover encontros culturais para identificar talentos juvenis em diferentes manifestações culturais e artísticas;
- Criar banco de talentos locais para ampliar as oportunidades de inserção juvenil em ações governamentais (apresentações em eventos públicos, campanhas educativas, intervenções físicas, como pintura de espaços públicos, entre outros);
- Promover oficinas de capacitação sobre diferentes linguagens artísticas e de comunicação (dança, música, teatro, audiovisual, lambe-lambe, grafite, estêncil, entre outras técnicas multimídias);
- Promover concursos de intervenções urbanas para fortalecer os laços de pertencimento com o território;
- Criar campanhas de sensibilização, divulgação e orientação para acesso a editais e fundos de fomento à cultura;
- Promover oficinas de capacitação sobre elaboração e gestão de projetos financiados com recursos públicos e privados;
- Alocar recursos orçamentários em programas e fundos governamentais de fomento à cultura e à arte;
- Elaborar editais e leis de fomento à produção cultural e artístico liderada pelas juventudes, visando fortalecer o engajamento e o ativismo juvenil;
- Definir rotina de mapeamento e prospecção de fundos de financiamento nacionais e internacionais para projetos culturais e artísticos; e
- Estabelecer parceria com o setor privado para financiamento de projetos culturais e artísticos.



4.2 Inclusão digital

Objetivo

- Promover a inclusão digital das juventudes por meio do acesso a tecnologias de informação e comunicação.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Operadoras de telefonia móvel
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Organizações da Sociedade Civil
- Comunidade escolar estadual e municipal

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat
- 3: Emprego, trabalho e renda

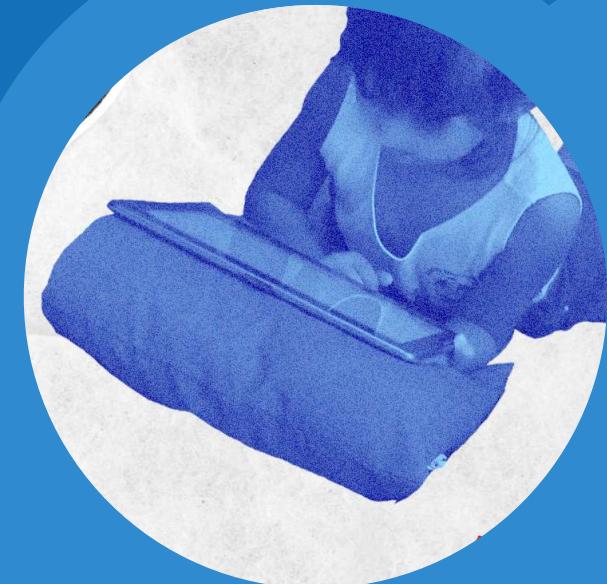
Conexão com ações programáticas

- 1.7: Equipamentos urbanos
- 3.1: Acesso ao mercado de trabalho
- 3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 3.3.: Alternativas de trabalho e renda



Recomendações

- Implementar equipamentos de conexão à internet sem fio, com disponibilidade livre e gratuita em áreas públicas, para potencializar as atividades recreativas, culturais, turísticas e econômicas;
- Implementar centros digitais com equipamentos eletrônicos destinados, sobretudo, para aprendizagem profissional, cadastro em programas governamentais e/ou divulgação de produtos e serviços ofertados pelas juventudes;
- Promover oficinas de capacitação voltadas à inclusão digital e aprendizado tecnológico em temas como introdução à informática, uso de redes sociais, design gráfico, desenvolvimento de jogos digitais, criação de lojas virtuais, modelagem e impressão em 3D, automação, entre outros;
- Realizar parcerias com a comunidade escolar para distribuição de aparelhos eletrônicos (computadores, celulares, tablets) voltados à formação profissionalizante;
- Estabelecer incentivos fiscais para estimular operadoras de telefonia móvel a apoiar à instalação de internet gratuita nas grotas;
- Alocar recursos orçamentários em programas e fundos governamentais de fomento à inovação e tecnologia;
- Elaborar editais e leis de fomento à inclusão digital liderada pelas juventudes, visando fortalecer o engajamento e o ativismo juvenil;
- Definir rotina de mapeamento e prospecção de fundos de financiamento nacionais e internacionais para projetos de inclusão digital; e
- Estabelecer parceria com o setor privado para financiamento de projetos de inclusão digital.



4.3 Atividades de esporte e lazer

Objetivo

- Incentivar atividades de esporte e lazer visando ampliar as oportunidades de convívio social nas grotas e fortalecer a cultura de paz e respeito mútuo entre as juventudes.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeitura de Maceió
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Organizações da Sociedade Civil

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Direito à cidade e desenvolvimento do habitat

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais
- 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos
- 1.7: Equipamentos urbanos
- 4.1: Manifestações culturais e artísticas



Recomendações



- Mapear grupos, coletivos, associações e Organizações da Sociedade Civil que desenvolvam atividades de esporte e lazer nas grotas e entorno;
- Promover encontros esportivos para identificar talentos juvenis em diferentes modalidades e com maior potencial de adesão;
- Criar banco de talentos locais para ampliar as oportunidades de inserção juvenil em competições esportivas como torneios, campeonatos e jogos;
- Elaborar projetos de intervenção urbana que aproveitem a topografia local para percursos destinados a atividades de esporte e lazer;
- Promover atividades de esporte e lazer em diferentes modalidades, em especial, aquelas que aproveitem a topografia local, como Mountain Bike, Skate Mountainboard, Motocross, entre outras;
- Implantar “academias ao ar livre” com a instalação de equipamentos de ginástica simples e autoinstrucionais em espaços públicos;
- Promover encontros coletivos para realização de atividades lúdicas, criativas e inclusivas direcionadas a diferentes faixas etárias;
- Fortalecer a estrutura organizativa do campeonato “Taça das Grotas” para realizar torneios esportivos em outras modalidades e descentralizados;
- Criar campanhas de sensibilização, divulgação e orientação para acesso a editais e fundos de fomento ao esporte e lazer;
- Promover oficinas de capacitação sobre elaboração e gestão de projetos financiados com recursos públicos e privados;
- Alocar recursos orçamentários programas e fundos governamentais de fomento ao esporte e lazer;
- Elaborar editais e leis de fomento a atividades de esporte e lazer lideradas pelas juventudes, visando fortalecer o engajamento e o ativismo juvenil;
- Definir rotina de mapeamento e prospecção de fundos de financiamento nacionais e internacionais para projetos de esporte e lazer; e
- Estabelecer parceria com o setor privado para financiamento de projetos esportivos.



Quadro 4

Síntese das ações propostas para o Eixo 4 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS				
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 4	Direito à cidade e desenvolvimento do habitat	Espaços livres urbanos e infraestruturas verdes	Emprego, trabalho e renda	Juventudes
4.1: Manifestações culturais e artísticas	1.7: Equipamentos urbanos	-	-	4.3: Atividades de esporte e lazer
4.2: Inclusão digital	1.7: Equipamentos urbanos	-	3.1: Acesso ao mercado de trabalho 3.2: Educação para o trabalho e qualificação profissional 3.3: Alternativas de trabalho e renda	-
4.3: Atividades de esporte e lazer	1.1: Diagnósticos e propostas urbanas e habitacionais 1.6: Acessibilidade, mobilidade, integração urbana e serviços públicos 1.7: Equipamentos urbanos	-	-	4.1: Manifestações culturais e artísticas

4.1 Síntese das recomendações

As recomendações apresentadas visam ampliar e qualificar o **Programa Vida Nova nas Grotas**, integrar as propostas de modo transversal e estruturar as futuras intervenções como elementos fundamentais para a localização das agendas globais de desenvolvimento no território maceioense e alagoano (Quadro 5).

Quanto às recomendações, destacam-se as seguintes observações:

Articulação das propostas

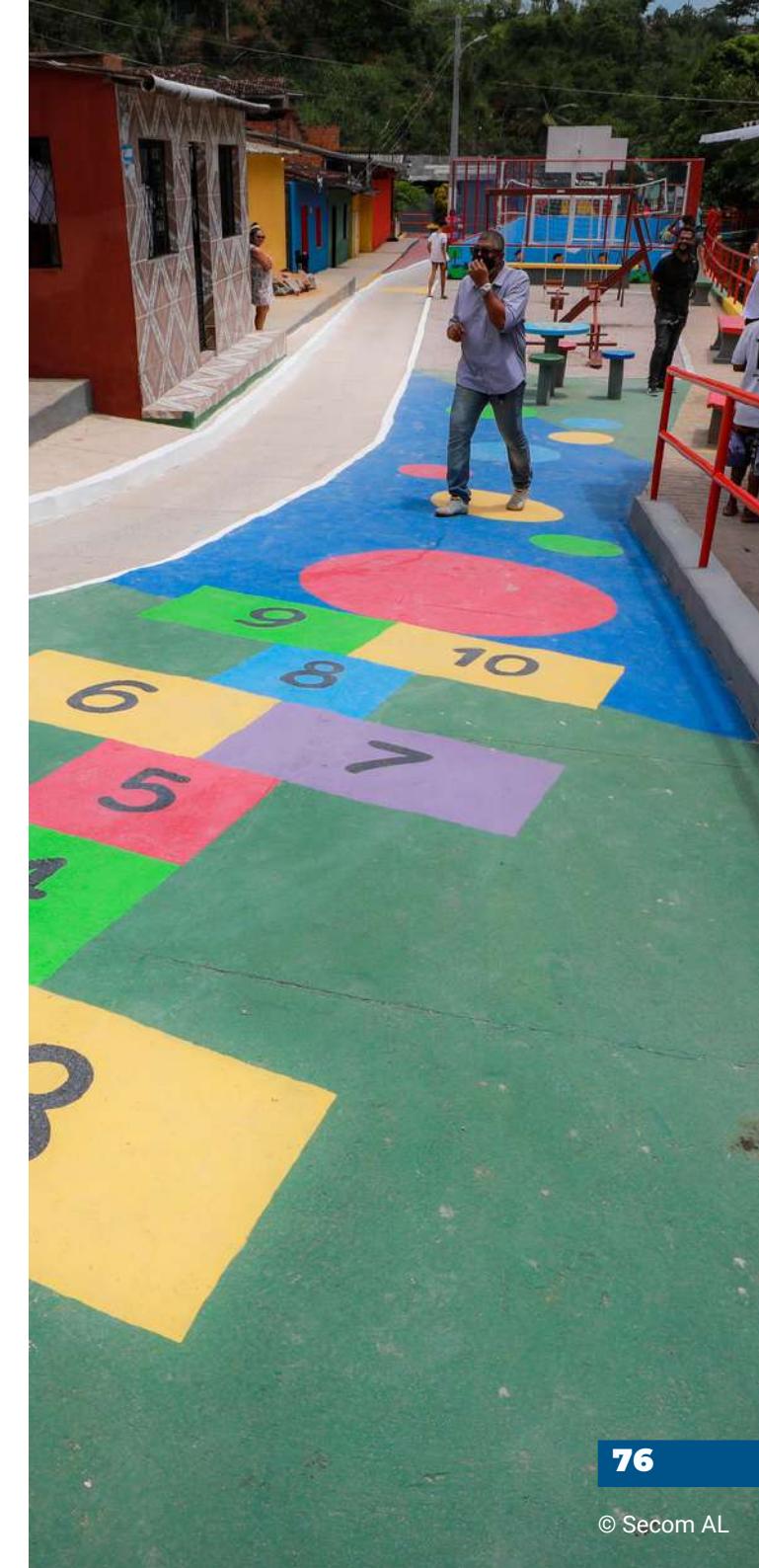
As ações sugeridas possuem caráter autônomo e não excludente para que o Programa seja flexível e adaptável à realidade de cada grota e/ou município, e às condições institucionais, técnicas e orçamentárias do Governo de Alagoas. Contudo, as recomendações relacionadas ao levantamento de dados, elaboração de planos e revisões legislativas devem ser priorizadas e anteceder as demais ações, visto que podem subsidiar um desenho mais adequado das intervenções. Ademais, recomenda-se que o poder público estadual e municipal conectem as intervenções aos eixos e ações programáticas, fortalecendo o encadeamento dos impactos, a transversalidade das propostas e o planejamento e execução intersetorial e intergovernamental.

Envolvimento de diferentes atores

As ações propostas requerem o engajamento e a parceria com os mais diversos setores públicos e privados, academia, população beneficiada e Organizações da Sociedade Civil. A participação conjunta pode contribuir para que o Programa não se limite a uma gestão governamental, mas torne-se uma política pública integrada e duradoura de desenvolvimento local. A criação de postos avançados de assistência técnica, comitês, conselhos ou outras instâncias democráticas de participação pode promover um espaço decisório permanente para as discussões, planejamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas, de modo que elas consolidem processos, boas práticas e demandas articuladas aos atores envolvidos e aos territórios.

Coordenação integrada das políticas públicas

Uma coordenação integrada das ações e parcerias será o ponto-chave para a execução qualificada das recomendações e a garantia da participação dos diferentes atores a serem envolvidos, em especial, aqueles relacionados à prestação de serviços que são de competência exclusiva do poder público municipal. As atuais limitações de ordem político-institucional prejudicam o planejamento e a implementação de políticas públicas diversificadas, restringindo-se ao envolvimento e a capacidade operacional, sobretudo, de duas Secretarias, a Setrand e Seinfra. As Oficinas de Imersão demonstraram o interesse e a necessidade de articulação com outras pastas estaduais, como educação, cultura, esporte e lazer, saúde e assistência social, além do aumento das equipes técnicas encarregadas pelos projetos, execução e acompanhamento das ações atuais e das demandas apresentadas neste Relatório.



Quadro 5

Sistematização dos eixos programáticos, ações propostas e conexão com os ODS e a NAU

EIXOS PROGRAMÁTICOS

Considerações finais

Experiências de urbanização de assentamentos precários na capital Maceió e sua Região Metropolitana até então eram inexistentes ou pontuais. Por esta razão, o **Programa Vida Nova nas Grotas** representa um projeto inovador ao enfrentar problemas estruturais de infraestrutura, inadequações habitacionais e baixa presença de serviços públicos, ao contribuir para o aumento da geração de emprego e renda e, principalmente, ao valorizar o sentimento de pertencimento e resgate da autoestima da população beneficiada.

Considerando esses impactos, a iniciativa governamental deve ser consolidada como uma política pública de estado, de caráter permanente, para que os seus efeitos sejam igualmente duradouros. Para tanto, é necessário que seja constantemente monitorada e avaliada, de forma participativa e com indicadores alinhados às agendas de desenvolvimento sustentável e aos desafios que se apresentam em cada território.

As recomendações elaboradas no **Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável** indicam ações estratégicas discutidas em um curto espaço de tempo e um momento concentrado das Oficinas de Imersão, que contou com diferentes atores para debater e propor soluções para fortalecer o Programa.

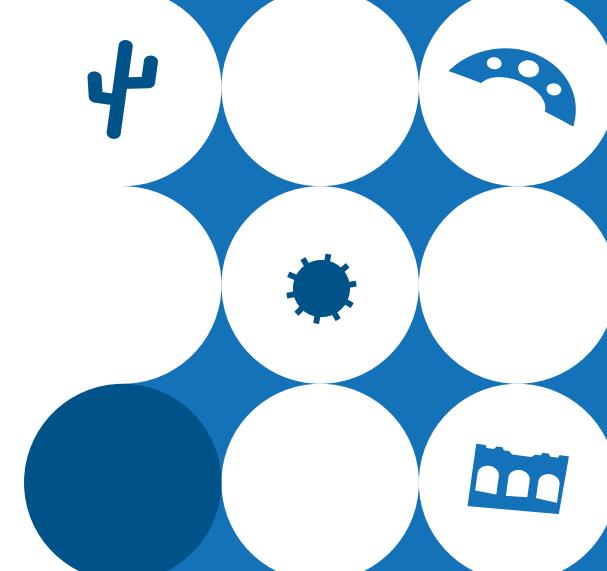
No entanto, a metodologia pode ser incorporada a estrutura institucional do Estado e transformada em um fórum permanente de discussão e co-criação de políticas públicas e de replicabilidade de boas práticas para outros programas estaduais. Somando a isto, pode ser também articulada, para maximizar as sinergias, a outros produtos elaborados no âmbito do **Projeto Visão Alagoas 2030**, como o Observatório de Políticas Públicas.

Ademais, o Laboratório não esgotou as possibilidades de aperfeiçoamento do Programa, mas se colocou como um ponto de partida para avaliar a sua execução, reconhecer as potencialidades, aproximar diferentes atores, estabelecer ações programáticas em eixos matriciais intersetorial e intragovernamental e, principalmente, apontar caminhos para sua expansão quantitativa e qualitativamente.

A abordagem intersetorial e intragovernamental pode ser adotada também em serviços e equipamentos públicos acessíveis à população das grotas, ou seja, não deve se resumir apenas a uma ideia abstrata, mas concretizada em espaços físicos, como os “postos avançados”, que sirvam para integrar e coordenar projetos e ações, enfrentar questões urgentes, e articular saberes e capacidades técnicas.

Por fim, a constituição de uma rede de instituições e atores – incluindo a população, academia, Organizações da Sociedade Civil e setores públicos e privados – é a mais relevante estratégia para a ação, integração e inovação contínua, tanto para o Programa quanto para qualquer política de desenvolvimento territorial sustentável, cujo compromisso seja “**não deixar ninguém e nenhum lugar para trás**”.





referências biblioaráticas

EMILIANO, Elisamara de O. **Projeto Social na Prática: Um guia para ações sociais transformadoras.** Campinas: Mundo das Letras, 2022.

LIMA, Catharina; ALBUQUERQUE, Elaine de; LIMA, Gabriel dos Santos; WEHMANN, Hulda Erna. O direito ao (in) compressível: arte, cidade, paisagem e transformação social. **RUA**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 291–309, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8651144>. Acesso em: 08 jun. 2022.

UN-Habitat. **Urban Planning and Design Lab's: Tools for Integrated and Participatory Urban Planning.** Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 108p. Disponível em: <https://unhabitat.org/urban-planning-and-design-labs-tools-for-integrated-and-participatory-urban-planning>. Acesso em: Acesso em: 01 fev. 2023.

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Laboratório de planejamento e projetos :
recomendações para o programa vida nova nas
Grotas / organização Governo do Estado de
Alagoas. -- 1. ed. -- Maceió, AL : Imprensa
Oficial Graciliano Ramos, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86524-72-7

1. Alagoas (AL) 2. Desenvolvimento urbano
sustentável - Brasil 3. Políticas públicas - Brasil
4. Qualidade de vida I. Governo do Estado de Alagoas.

23-148969

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade : Sustentabilidade : Desenvolvimento
urbano : Políticas públicas sociais 361.61

Impressão: Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Papel de capa: Triplex 250g

Papel de miolo: Offset 120g

Tipografia: Montserrat





Clique
ou escaneie
para saber
mais!

Continue nos acompanhando!

- @onuhabitatbrasil
- onuhabitatbr
- @onuhabitatbr
- /onuhabitatbrasil

visaoalagoas2030.al.gov.br

